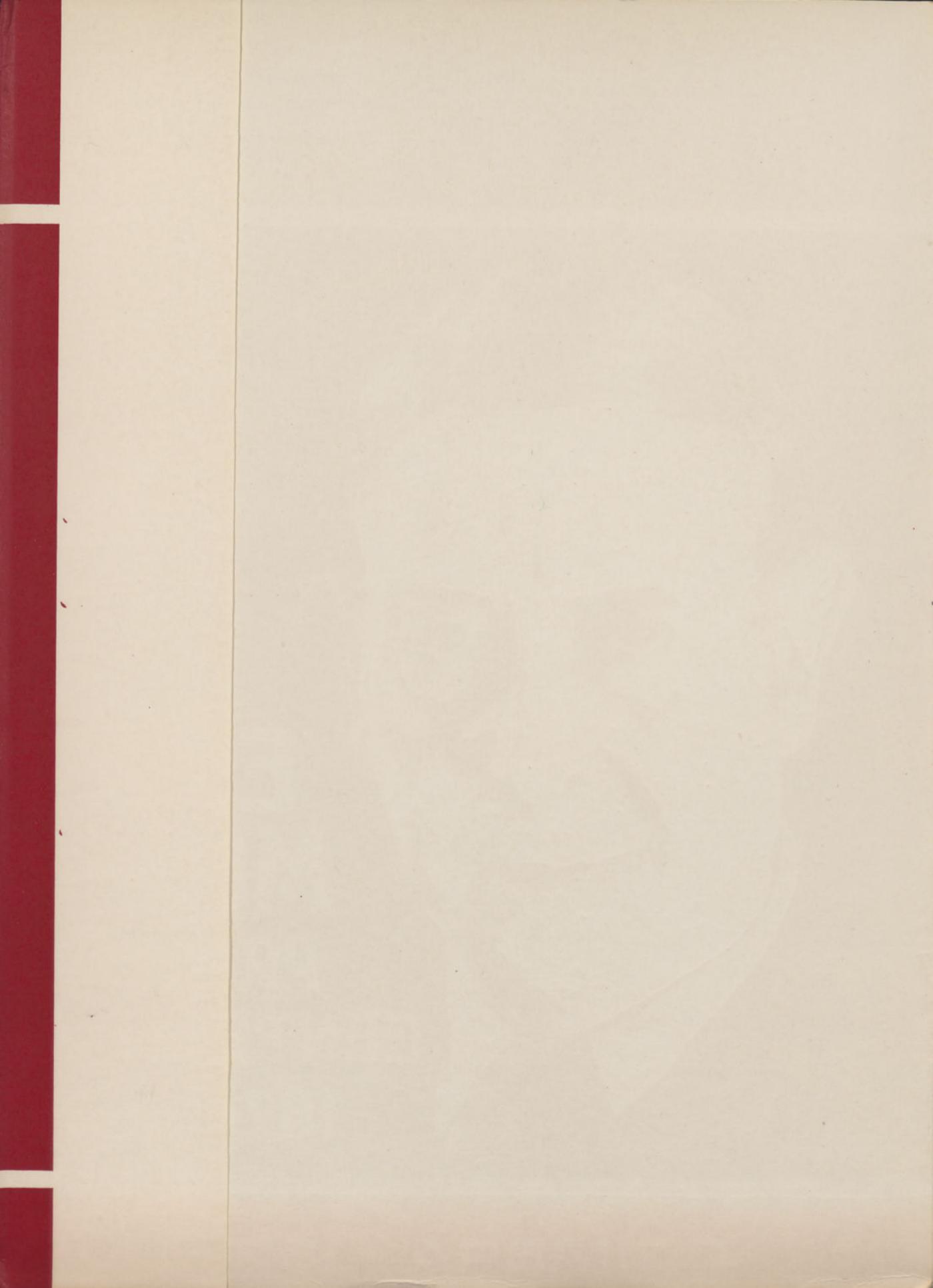


MUSEU
NACIONAL
DA
CIÊNCIA
E DA
TÉCNICA



**EGAS
MONIZ
PRIMEIRO
CENTENÁRIO
1874 ~ 1974**

COIMBRA - 1974



PUBLICAÇÕES

DO
MUSEU NACIONAL
DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA

210

DIRECÇÃO DA COMISSÃO DE PLANEAMENTO
DO MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA

Colaboradores: MÁRIO SILVA

ARISTIDES MOTA

HENRIQUE MIGUEL DE OLIVEIRA

EDUARDO CAETANO

TEIXEIRA DA ROCHA

EUGÉNIO MONTEIRO

AURELIANO TAVARES

ROGÉRIO TEIXEIRA

MARIA LUÍSA SILVA

DONZÍLIA PIRES

GARCIA ALVES

SILVA PEREIRA

Chefe da redacção: MARIA DO CARMO MAIA

Orientação gráfica

e artística: Pintor MÁRIO SILVA

Redacção e Administração: Palacete Sacadura Bote
Rua dos Coutinhos, 23 — COIMBRA

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA PORTUGUESAS



PUBLICAÇÕES

DO
MUSEU NACIONAL
DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA



NÚMERO 4

COIMBRA — MCMLXXIV

REVISTA DE CIÊNCIAS E TÉCNICA

PUBLICAÇÕES

REVISTA NACIONAL

DE CIÊNCIAS

E DA TÉCNICA



EGAS MONIZ, ESCOLAR E DOUTOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (*)

Ao Doutor Elísio de Moura, a mais fulgurante inteligência que encontrei em Coimbra, companheiro e amigo leal de Egas Moniz.

A. T. S.

Não sabíamos. Eu por causa da espessa crosta de ignorância com que saí do ventre de Coimbra, minha Mãe Espiritual.

Ele, porque na sua Biblioteca possuía trezentos e oito tratados sobre Astronomia...

Eça de Queiroz — «*A Cidade e as Serras*»

Virtudes e defeitos das Instituições.

Virtudes e defeitos dos Homens que as servem e dos Homens que elas preparam. Interação da qual depende a qualidade e a quantidade do «produto».

Refiro-me, concretamente, à Escola portuguesa e, de maneira especial, à Universidade, aos seus mestres e aos seus alunos.

A decisão do Governo português (**) de *comemorar a nível nacional*, o Centenário do nascimento de *Egas Moniz*, pode fornecer o ensejo, oportuno também por outros motivos, para analisar a época da sua vida *em que frequentou como aluno a Universidade, nela se doutorou e exerceu o magistério* (como lente substituto desde 1902; promovido a catedrático em 1910) até à sua transfe-

(*) Trabalho apresentado, com supressões, ao X Congresso Brasileiro de Anatomia, São Paulo, 21 a 26 de Julho de 1974. Subsidiado pelo Instituto de Alta Cultura.

(**) Governo de Marcelo Caetano, sendo Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão; decisão renovada pelo Ministro Magalhães Godinho, do Governo Provisório.

rência para a Faculdade de Medicina de Lisboa, que a República acabava de instituir. No tempo, de 1891 a 1911.

Vinte anos, dos 17 aos 37, vinte anos decisivos na vida de um Homem.

Período conturbado, política e ideologicamente, ainda relativamente próximo e já tão estranhamente distante. Época difícil de compreender com justiça, nos seus valores e nos seus defeitos, pelos

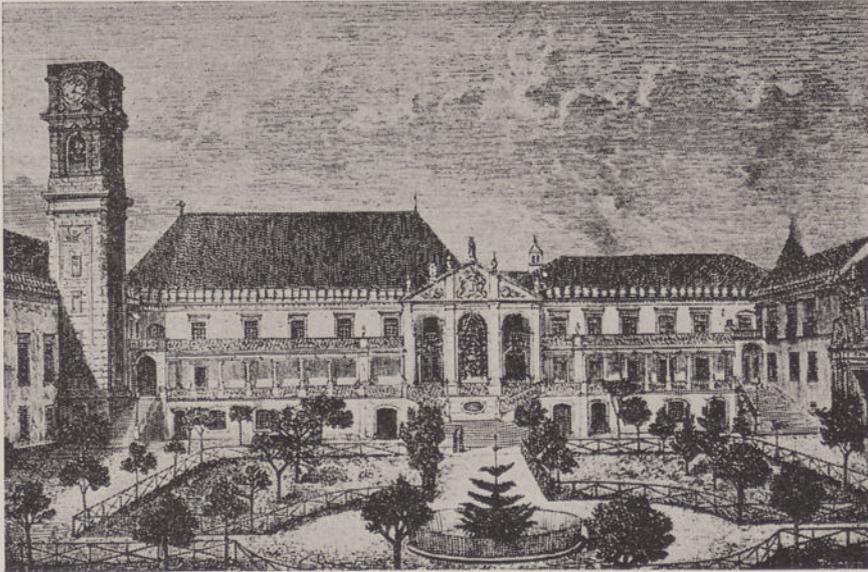


Fig. 1 — Pátio da Universidade de Coimbra

Gravura do *Anuário da Universidade de 1876-1877*

moços de hoje, nascidos já depois da 2.^a Guerra mundial, para quem a de 1914-18, parece quase tão remota como as Cruzadas...

«Recordar a tranquilidade suave que hoje dificilmente se consegue é retemperar nos olores que só raros sabem aspirar e sentir através dos séculos, uma outra visão dos acontecimentos que se precipitam», disse Egas Moniz um dia em Coimbra.

O que podia dar a Universidade, na última década do Século XIX, aos jovens portugueses que, vindos de todos os cantos do País, lhe batiam às portas, mal preparados sem dúvida, mas ávidos de saber e audaciosamente confiantes nas próprias capacidades?

Qual era a organização dos seus cursos e o nível do seu ensino;

qual o valor intelectual, a extensão e a profundidade do saber dos seus mestres, a sua produção científica, a sua reputação internacional?

O que ficou devendo Egas Moniz, em saber e em cultura, em preparação científica e em capacidade profissional, à Universidade de Coimbra, e em especial à Faculdade de Medicina? E os companheiros da sua geração? quem eram? que fizeram?

O que deu Egas Moniz à Universidade, como estudante e como professor?

Valerá a pena examinar criticamente estas interrogações, procurando dar, a algumas delas pelo menos, uma resposta não deformada pelo sectarismo, pela ignorância ou pelo preconceito?

Penso que sim, se para além da mera evocação, mais ou menos sentimental, de factos passados e de figuras desaparecidas, soubermos tirar com serenidade e com independência, a lição que esta meditação pode originar e que a distância no tempo já autoriza.

A minha profunda preocupação é, sinceramente, a de que eu seja capaz de a levar a cabo de maneira sofrível, dadas as consideráveis dificuldades que entrevejo, intrínsecas umas, extrínsecas outras.

Confio, porém, na generosidade do meu auditório, e lembro, por outro lado, o carinho que Egas Moniz sempre encontrou no Brasil, e que ele guardava no fundo do coração. Bastar-me-á, por exemplo, recordar que, seguindo com atenção e amizade o que se passava em Portugal, foi Egas Moniz convidado, pela mão de Alloysio de Castro, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Director do Departamento Nacional do Ensino, a vir contar, no Rio e em São Paulo, em Agosto de 1928, o que era e como se fazia, para que servia, a *arteriografia cerebral*.

A primeira arteriografia no vivo, tinha sido conseguida apenas um ano antes, precisamente a 28 de Junho de 1927. (Egas, *Confidências*, pág. 64).

O *significado* da deliberação governamental, é, evidentemente, o reconhecimento oficial do *valor da obra científica* de Egas Moniz e a intenção de a propor aos investigadores portugueses como exemplo estimulante da própria actividade e digno de ser seguido.

Seguido, não quer dizer copiado à letra, tomado como padrão de perfeição, modelar em todos os sentidos, até porque as circunstâncias históricas em que se desenvolveu, têm poucas probabilidades de se repetir com alguma semelhança e distam muito de ser ideais ou sequer desejáveis.

Exemplo a seguir, significa que do conhecimento e da justa apreciação da sua obra, das condições em que foi pensada e realizada, dos seus erros e dos seus acertos, da tenacidade que exigiu, dos sofrimentos e fadigas que custou, da contribuição que representou para o progresso das ciências médicas, do renome e do prestígio internacional que trouxe ao seu Autor, aos seus Colaboradores e à Medicina Portuguesa, devemos tirar o impulso para procurar atingir, em número cada vez maior, na medida das forças de cada um, metas cada vez mais elevadas.

É evidentemente necessário e urgente que a actividade científica portuguesa atinja no plano internacional um *nível e uma extensão* que estejam em harmonia com o lugar que Portugal pretende ocupar entre as nações cultas.

Para tanto há que refazer a nossa educação intelectual (tradicionalmente errada, mal conduzida ou inexistente), em todos os níveis do ensino, do pré-primário ao superior, e em todas as camadas da população. Começando de «cima para baixo» e não esquecendo que tanto devem estudar os professores como os alunos, mas que são maiores as responsabilidades dos primeiros.

O saber do mestre deve servir para a «elaboração» do saber do aluno, não para lho «inocular», como acabado e definitivo e menos ainda para os afastar um do outro. Além do mais, sabe quem tenha alguma experiência pedagógica, quanto se aprende ensinando.

A necessidade de «resposta» do professor às exigências crescentes, e cada dia renovadas, do progresso dos conhecimentos, impõe-lhe, como primeira obrigação, um *esforço permanente* de actualização e aperfeiçoamento.

A maneira como o aluno aproveita a lição do mestre para a estruturação dos seus conhecimentos e sobretudo para efectuar uma evolução mental autónoma, dará a medida do seu valor individual.

Governantes e educadores, juntamente com os próprios educandos, estão profundamente empenhados em reformar o ensino e as instituições que o ministram, isto é, dar-lhe *nova forma*, sem dúvida *melhor forma*.

«Melhor», referido ao ensino pode ter muitas acepções—v. g., mais actualizado, mais rápido, mais eficiente, mais estimulante, mais activo, mais crítico, mais agradável, mais acessível, mais barato, etc., etc. — nem todas realizáveis ao mesmo tempo ou no mesmo grau, compatíveis ou não umas com as outras.

Em qualquer caso, a experiência do passado, próximo ou mais

ou menos afastado, é sempre útil como *ponto de referência*, para apreciar a mudança e o seu valor: Reformar é *melhorar* o futuro em relação ao passado.

Disposições fundamentais, e nas quais parecia residir o mérito da reforma, podem mostrar-se inibitórias do desenvolvimento ulterior; orientações intrinsecamente valiosas, podem ter sido suprimidas «para facilitar» ou por imitação (muitas vezes tarde e a más horas) do que se faz «lá fora»; modificações de ordem secundária ou nitidamente facciosas, outras destinadas a nunca passar de «letra morta», podem ser introduzidas e apregoadas como se fossem importantes reformas.

Outro risco que corre o legislador é o de se deixar dominar pela ilusão de que as normas que um dia traçou, por ventura com a colaboração dos mais idóneos conselheiros, são exactas, definitivas e irrevogáveis até por ele próprio!

Tudo estava errado, nada se pode aproveitar, mas daí em diante, à luz da sua infalível orientação, é encontrado o caminho certo e tudo fica regulado, perfeitamente e para sempre! «Fica revogada a legislação em contrário».... Até quando?

Reconheço que a formulação da lei, não pode deixar de se fazer em termos precisos e claros, exclusivos de interpretações contraditórias ou dubitativas, mas para que se não pense que falta fundamento à outra face do problema, permita-se-me que transcreva algumas passagens da «Carta de Roboração» dos Estatutos da Universidade de Coimbra, dada pelo Rei D. José, a 28 de Agosto de 1772:

«E porque havendo-me sido apresentados os referidos Estatutos, e Cursos Scientificos; primeiro nas Minutas, e depois no Original delles; e havendo sido muitas vezes por mim revistos, conferidos, e examinados, com o concurso de hum maior número de Ministros, muito doutos, muito tementes a Deos, e muito da minha confiança; se achou, que estavam conformes em tudo com aquella minha Resolução; muito acomodados ao bem, e augmento da sobredita Universidade; e muito úteis para os progressos das Sciências, e Artes que nella se devem ensinar: Com todas estas e outras causas de ordem superior: Hei por bem, e Me praz: Que os referidos Estatutos..... *tenham toda a força, e vigor de Leis, e de Estatutos perpétuos*, porque a dita Universidade de Coimbra se reja, e governe.....

Outro sim Hei por bem, por justos respeitos, que a isso me movem, que estes Estatutos em Geral, ou em particular, *não possam em tempo algum ser revogados, ou alterados* com os motivos de

quaesquer Leis, Privilégios, Provisões, Cartas Minhas, ou de Meus Sucessores, com quaesquer Clausulas derogatórias, por especiais que sejam, sem delles se fazer expressa e especifica menção de *verbo ad verbum*» (*).

Como escreveu J. Needham, «os erros dos nossos predecessores lembram-nos que podemos também errar e a sua sabedoria livra-nos de presumir que a sabedoria nasceu connosco».

A reforma que nós necessitamos é a que crie as condições que *tornem possível uma renovação permanente*.

O mundo actual não pode prescindir de um centro de cultura, cuja *independência* seja axiomática, ou melhor (se a expressão me é permitida), «*principial*» (**), um *alto lugar* onde possa depositar a sua confiança sem risco de ser traído por influências *não científicas*.

A Universidade serve este ideal.

A sua reforma deve permitir-lhe fazê-lo de maneira cada vez mais ampla e mais perfeita.

Não há fórmula que estampada no *Diário do Governo*, seja capaz de despertar a curiosidade intelectual; fomente a autonomia e a originalidade do pensamento; desenvolva o gosto pela observação pessoal, pela prova experimental ou pela demonstração rigorosa; ensine o amor da exactidão, da probidade intelectual, da humildade sem fingimento, da dignidade da pessoa. Mas enquanto não soubermos estimar estes valores e estas qualidades, não podemos ter esperança de progredir no campo científico. «Os génios, como os mais altos cumes, dizia Cajal, só aparecem nas cordilheiras. Para produzir um Galileu ou um Newton é precisa uma legião de investigadores estimáveis» [pág. 224 de *Reglas y consejos*].

A personalidade de Egas Moniz, rica e multifacetada como é, pode ser, foi, e está sendo, estudada de pontos de vista muito variados. Como médico, como professor, como cientista, como político e diplomata, como escritor, todos estes aspectos e outros ainda, hão-de ser necessariamente integrados no esclarecido e justo conceito que havemos de formar da sua pessoa e da sua obra.

Um homem de ciência, só pode, porém, aspirar à perenidade do seu nome na lembrança do mundo civilizado pelo valor da sua *obra científica*. Peço desculpa da redundância, mas em Portugal é

(*) Foram mantidas a ortografia e a pontuação originais; os sublinhados são acrescentados.

(**) Quero dizer que decorre de *princípios* fundamentais.

ainda necessário ensinar esta comezinha lição. Capacidade profissional, brilho da inteligência, cultura do espírito, informação científica actualizada, generosidade no serviço do próximo, delicadeza do trato, comunicabilidade social, honorabilidade profissional, são inapreciáveis valores. Os homens que os possuem, bem merecem o carinho, a gratidão, a admiração e o respeito dos seus contemporâneos e dos vindouros. Nobres sentimentos que infelizmente duram pouco tempo no coração dos homens, mesmo quando directamente beneficiados, e dificilmente se transmitem às gerações ulteriores.

A obra científica não é de modo algum, incompatível com estas e outras qualidades e virtudes. Pelo contrário, em seres de eleição, pode ser o seu coroaamento, mas é coisa diferente.

A importância de uma obra científica, como contribuição para o aumento do conhecimento, pode avaliar-se pelo *grau de generalidade* das suas consequências teóricas e pela importância das suas aplicações práticas e a sua característica mais essencial é a *originalidade*.

Sem prejuízo do apreço que merecem muitas outras das suas actividades e trabalhos, é por virtude da sua obra científica, coroada com o prestigioso galardão do Prémio Nobel, que Egas Moniz é hoje lembrado e homenageado.

A retumbância mundial desta distinção enche de justificado júbilo todos os seus compatriotas que, reflexamente, se sentem de algum modo enobrecidos e dignificados.

É de inteira justiça, que desta honra largamente compartilhem os nossos irmãos brasileiros, aos quais devemos a autorizada *proposição inicial do nome de Egas Moniz*, como candidato ao prémio Nobel de Medicina de 1949. Foi com efeito, a luzida Delegação Brasileira à *Primeira Conferência Internacional de Psicocirurgia*, reunida em Lisboa de 3 a 9 de Agosto de 1948, que na última sessão do Congresso, *apresentou uma moção com aquela proposta* (*), solicitando para ela o apoio das sociedades científicas ali representadas. Estava dado, e bem dado, o primeiro passo.

Justificado está que se louvem e consagrem os homens de ciência. A um autêntico homem de ciência, porém, mais importa e

(*) Constituíam a Delegação, e assinaram a referida moção, os professores: Pacheco e Silva, Paulino Longo, Mattos Pimenta, Mario Yahn, Anibal Silveira, Elíio Simões e António Carlos Barreto.

agrada que o compreendam e estimem que o louvem sem o compreender, o que pode mesmo importuná-lo.

A coroa de louros pode faltar, e falta com certeza, a muitos que dela seriam dignos.

O mérito científico, e o mesmo se diga do merecimento artístico, em qualquer das suas modalidades, só pode ser reconhecido e apreciado no seu justo valor, num meio suficientemente preparado, cujo nível de cultura a isso o habilite.

Se a mediocridade domina, apoiada numa propaganda interesseira, no sectarismo político ou ideológico, no favoritismo pessoal, as mais valiosas e as mais belas manifestações, perdem todo o significado, confundidas e rasoiradas com as vulgaridades correntes, asfixiadas pela inépcia na incompreensão e na inveja.

Os protestos das pessoas conscientes não encontram possibilidade de se fazer ouvir, ou parecem injustificados, descabidos e até ridículos.

Importa pois elevar o ambiente científico nacional até ao ponto de *poder julgar os valores próprios e os alheios*, sem que se torne necessário *estar à espera* de que os outros aplaudam para aplaudir também, ou deixar de aplaudir se os outros não aplaudem.

Tem igualmente interesse educativo chamar a atenção de sectores mais vastos da população para outros *índices importantes* do valor do trabalho de Egas Moniz e dos seus dedicados colaboradores, como sejam a *difusão internacional dos resultados*, em artigos e comunicações e em destacadas monografias como as que foram publicadas em França e na Alemanha, sobre a Angiografia e a Leucotomia, e o *emprego dos métodos originais*, embora mais ou menos modificados, nos Institutos e nas Clínicas de todo o mundo.

Naturalmente, as técnicas modificam-se, evoluem e aperfeiçoam-se, em virtude do emprego de novos meios e de novos instrumentos de análise e de registo.

O exame crítico dos seus fundamentos e a apreciação dos resultados, são a preocupação constante de quem se não limita a um trabalho de rotina. O que estava justificado que se fizesse em determinada época, pode tornar-se um erro técnico alguns anos depois. É dura e penosa a caminhada da Humanidade na senda da descoberta de si própria e na do mundo que a rodeia, mas será sempre enobrecida pelo respeito pelos pioneiros, que correm o risco da vanguarda.

Ainda outras distinções recebeu Egas Moniz, também de alta

valia e significado. Entre elas avultam o *Prémio de Neurologia da Faculdade de Medicina de Oslo* (1945) e o título de *Membro Emérito* da Society of Neurological Surgeons (1947).

No presente momento, reitero a intenção, já antes expressa, de me não afastar do tema desta palestra, ocupando-me apenas de alguns aspectos da vida de Egas Moniz, *como estudante e como professor da Universidade de Coimbra*, integrados numa análise longitudinal deste período da Instituição. Deixo a outros, mais qualificados e mais documentados, a apreciação da obra científica produzida depois da sua transferência para a Universidade de Lisboa, bem como da sua obra literária ou da actividade política.

*

* * *

16 de Outubro de 1891 — Na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra, a conhecida «Sala dos Capelos», celebra-se festiva cerimónia, no início de mais um ano lectivo.

Entregam-se aos alunos laureados no ano anterior, os prémios e as distinções académicas que lhes foram conferidos por seus talentos e aplicação ao estudo, e profere a Oração *de Sapientia* o decano de uma das Faculdades. Pela rotação estabelecida, cabe este ano o encargo ao lente de Prima da Faculdade de Direito, o Doutor Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco. Assiste o corpo docente, revestido das insígnias doutorais (capelo e borla), muitos estudantes, (todos de capa e batina), as autoridades gradas da cidade. Preside o Reitor, o Doutor António dos Santos Viegas, do Conselho de Sua Majestade, lente de Prima da Faculdade de Filosofia.

Era o dia do aniversário natalício da Rainha-Mãe, a Senhora Dona Maria Pia e o orador começou por lhe apresentar as suas homenagens, segundo o costume que desde 1872 se tinha radicado na Universidade, de aproveitar a coincidência da solenidade académica com aquele aniversário, para renovar à Realeza o testemunho de fidelidade e de respeito da Universidade (*). O Infante D. Henrique foi o primeiro *Protector da Universidade* mas desde

(*) Este costume foi quebrado em 1904 quando coube ao Doutor Bernardino Machado, proferir a Oração *de Sapientia*, que intitulou «A Universidade e a Nação», e chegou ao fim do seu discurso sem qualquer referência à Casa Real. O Doutor Avelino Maria Calisto, que presidia à Sessão, procurou

D. Manuel I este título passou a ser usado exclusivamente pelos Reis de Portugal, que o prezavam como uma prerrogativa pessoal e intransferível.

Em seguida, abordou, em forma genérica, os problemas da Universidade, da sua função, e das suas dificuldades e carências: «o fim das Universidades é cultivar a ciência no seu mais alto grau, em todos os seus ramos... A ciência é una e múltipla ao mesmo

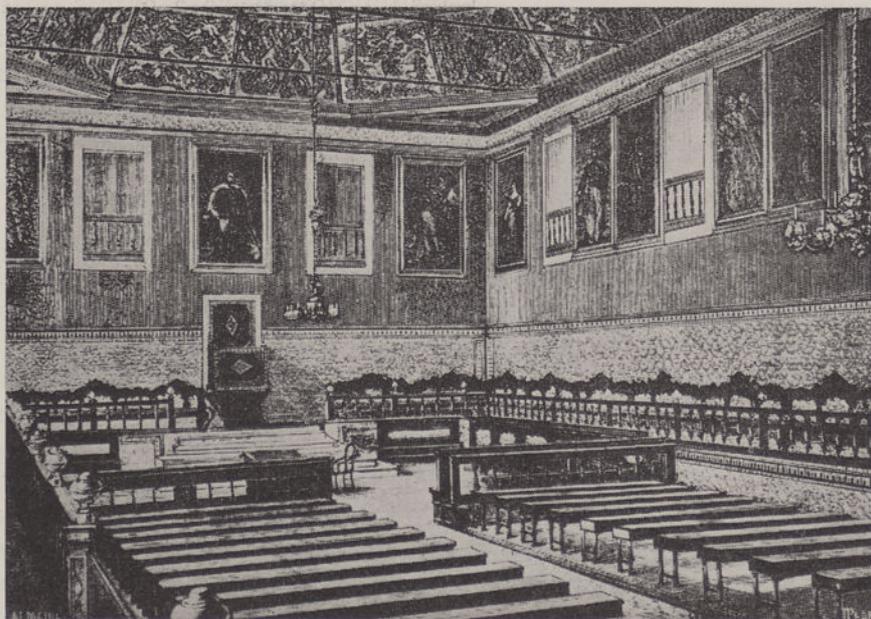


Fig. 2 — Sala Grande dos Actos

Gravura do *Anuário da Universidade 1879-1880*

tempo... Não se reduz só a ensinar o ofício de professor. Mais de tudo, e antes de tudo, tem de estudar, investigar e descobrir, aprender e conhecer os progressos que em outras Universidades se tiverem realizado».

Queixa-se do isolamento da Universidade e da falta dos meios indispensáveis, que era efectivamente, e continuou sendo, uma ver-

remediar a omissão (claramente intencional) do orador, formulando ele próprio as saudações à Rainha. É de presumir que tenha sido a emenda pior que o soneto... A praxe foi, porém, retomada no ano seguinte, e só acabou em 1909.

gonha nacional, irremediável, apesar dos repetidos protestos. No entanto, vai-se consolando «com a pontualidade com que os professores cumprem os seus deveres, como se mostram conhecedores da ciência que professam, das últimas teorias e descobertas... a crítica perspicaz e reflectida que usam... vereis também... a atenção dos nossos alunos a seus mestres e o desejo que manifestam de aprender e penetrar os pontos mais difíceis da ciência».

Terminou o seu discurso, saudando os alunos premiados, que desejaria mais numerosos, e exprimindo o júbilo que a Universidade sentia pelos seus brilhantes sucessos.

Matriculado no 1.º ano da Faculdade de Matemática, o jovem *António Caetano d'Abreu Freire Egas Moniz*, prestes a completar os seus 17 anos de idade (*), filho de Fernando Pina Rezende Abreu, natural de Avanca, Concelho de Estarreja, não terá, por certo, perdido a oportunidade de assistir a esta manifestação da vida da *sua* Universidade.

Ali estavam os lentes de cada uma das cinco Faculdades que então a compunham: a de Teologia, a de Direito, a de Medicina, a de Matemática e a de Filosofia. Provavelmente não saberia os nomes da maior parte deles, nem os teria anteriormente encontrado em qualquer outro lugar, mas não faltariam oportunidades para os conhecer, no restrito meio coimbrão, ao longo da vida académica que agora encetava.

Ali se encontravam os estudantes dos diversos anos, desde os «caloiros» aos «quintanistas», em busca da *Instrução Superior* e dos títulos e diplomas que só a *Alma Mater* Conimbricense lhes poderia conferir, e que lhes haviam de abrir as vias de acesso aos altos cargos da magistratura, do exército, da governação pública, da hierarquia da Igreja ou, simplesmente, habilitar ao exercício das «profissões liberais».

Também de entre os mais brilhantes, os mais inteligentes, os mais estudiosos, os mais classificados, se haviam de recrutar os futuros mestres, assegurando à velha Instituição, em cada ano, uma bem fundada esperança de enriquecimento e de renovação.

Tudo, ofícios e ocupações, cargos e lugares, próprios, quando não rigorosamente exclusivos, de indivíduos do sexo masculino. Coisa nunca vista, entre os novos alunos, havia naquele ano uma

(*) Nascera a 29 de Novembro de 1874.

jovem senhora, *D. Domitilla Hormizinda Miranda de Carvalho*, filha de Manuel Rodrigues de Carvalho, natural de Travanca, concelho de Vila da Feira, frequentando o 1.º ano da Faculdade de Matemática e que depois se formaria também em Medicina (1904). Em 1896, outra Senhora, *D. Sofia Júlia Dias*, se matriculou no 1.º ano de preparatórios para Medicina, vindo a concluir o curso também em 1904. *D. Maria da Glória Paiva*, matriculou-se em 1899 nos preparatórios e foi a terceira senhora a formar-se em Medicina na Universidade de Coimbra, em 1907. Homenagem às precursoras.

A Universidade não era então um mero somatório, um aglomerado mais ou menos convencional, de escolas ou institutos pré-existent, mas um corpo, uma árvore com vários ramos não um feixe de varas, uma instituição viva, que se podia enaltecere ou maldizer (quase sempre desafortunadamente, num caso ou no outro), mas cuja existência se não podia desconhecer e cujos membros, professores e alunos das diversas Faculdades, se sentiam solidários, mesmo quando entre si se degladiavam.

*
* * *

Eram decorridos 119 anos depois que o Marquês de Pombal reformara a Universidade e a *re-edificara*, na própria e justa palavra do «Compêndio Histórico».

Apesar das diferentes orientações ou desorientações dos governantes, das invasões napoleónicas, das lutas civis, de reformas e de tentativas mais ou menos frustradas de reforma (1836, 1844, 1863), de inumeráveis decretos, portarias, avisos, provisões, cartas régias, etc. e, sobretudo, do extraordinário progresso científico da Europa naquele espaço de tempo, restava ainda muito, para o bem e para o mal, da robusta arquitectura pombalina. A começar pela cerimónia que estamos evocando.

Disponham os Estatutos de 1772 que no «primeiro dia de Outubro se abrirão as Escolas com a Oração *de Sapientia*» na Sala pública dos Actos, precedida de Missa do Espírito Santo e do juramento dos professores catedráticos e substitutos na Real Capela, e «no dia seguinte começarão a ler os professores até o último dia de Maio» (Tit. II, cap. IV). Havia agora uma ligeira modificação: a Universidade abria efectivamente no dia 1 de Outubro, com Missa Solene, sermão por um lente de Teologia e o Juramento dos lentes, mas a

Oração *de Sapientia*, com a festa da distribuição dos prémios, tinha sido diferida para o dia 16.

Por decreto de 1901, o ano escolar passou a iniciar-se, para todas as Faculdades, a 16 de Outubro, com a *abertura solene da Universidade*. Depois da cerimónia religiosa, na forma tradicional, celebrada na Capela, o corpo Universitário dirigia-se à Sala Grande dos Actos, onde era proferida a oração inaugural por um lente (que



Fig. 3 — Edifícios centrais da Universidade — Fachada Norte

Gravura do *Anuário da Universidade*, Ano lectivo 1901-1902

já não era necessariamente o decano), designado pela Faculdade à qual competia, por turno, aquela obrigação. Os trabalhos escolares começavam, efectivamente, no dia seguinte. A distribuição dos prémios académicos foi nessa época transferida para o dia 8 de Dezembro, festa da Imaculada Conceição, padroeira da Universidade, e assim continuou até à revolução Republicana.

O *Juramento dos Lentes*, foi também abolido por decreto com força de lei, de 23 de Outubro de 1910, «para todo o sempre», no dizer do próprio texto legal.

Um decreto de 10 de Dezembro de 1910, distingue pela primeira vez, na legislação portuguesa, *ano escolar e ano lectivo* e estabelece que o primeiro começa em 1 de Outubro e acaba em 15 de Agosto, *nas escolas oficiais de todos os graus*. O ano lectivo vai de 16 de

Outubro a 30 de Junho; o restante tempo seria empregado no serviço de exames.

Tudo na Reforma Pombalina tinha sido disposto, desde os fundamentos até aos mais ínfimos pormenores regulamentares, com o propósito, tenazmente perseguido, de fazer da Universidade uma *Escola à altura do seu tempo*, séria e disciplinada, uma escola onde efectivamente os mestres ensinassem e os alunos estudassem, acabando de uma vez para sempre com a desordem e o relaxamento que tinham em alguns tempos atingido proporções escandalosas e quase inacreditáveis.

O tempo lectivo era severamente aproveitado, os exames rigorosos, os graus académicos, e de maneira particular os mais elevados, os que habilitavam ao magistério, concedidos só a quem indiscutivelmente provasse merecê-los, de maneira «que os ditos graus não sejam substituídos a pessoas indignas, que lhes sirvam de deslustre; e se não engane com eles o público».

A Medicina aparece na Reforma de 1772 como uma porção do conhecimento, individualizada do resto da *Filosofia Natural* pela importância do seu objecto: «será a mesma Filosofia dividida em três Profissões, a saber: na de *Naturalistas*; na de *Médicos*; e na de *Matemáticos*».

Entendem-se compreendidas na *Medicina, todas as Ciências que pertencem à Filosofia do corpo humano são o enfermo; na Matemática, todas as Ciências que tratam da quantidade em geral e particular... e na Filosofia Natural, todos os conhecimentos de facto, que pela observação se têm achado na Natureza*».

As providências do Reformador para assegurar, desde o início e no futuro, o nível do ensino e a sua actualização, parecem excelentes no campo da doutrina:

«E porque todas estas ciências se aperfeiçoam de cada vez mais e se enriquecem com descobrimentos novos, que logo devem incorporar-se nos respectivos cursos das lições públicas...

Tendo mostrado a experiência que as Universidades nem têm felizmente promovido os conhecimentos, nem têm recebido com a prontidão necessária os descobrimentos que de novo se têm feito em todas as Ciências... e só trabalham e se ocupam em conservar e defender as que uma vez começaram a ensinar, com grande prejuízo do Bem comum e do adiantamento das Letras: Hei por bem confederar as ditas três Profissões, dos *Naturalistas, Médicos e Matemáticos*, em uma *Congregação geral*, a qual tenha por Instituto,

trabalhar no progresso, adiantamento e perfeição das mesmas Ciências, do modo que felizmente se tem praticado nas Academias mais célebres da Europa, melhorando os conhecimentos adquiridos e adquirindo outros de novo, *os quais se façam passar imediatamente aos cursos respectivos das ditas Profissões*».

O objectivo que declaradamente se pretende alcançar quanto ao *Curso Médico* é o de que «os conhecimentos actuais e os que para o futuro forem descobertos, verificados e aprovados pela mesma Congregação geral, se ensinem de tal sorte que na mesma Universidade *se criem Médicos verdadeiramente úteis à saúde dos meus Vassallos e que sejam dignos da confiança e do crédito público*».

As lições das diferentes disciplinas do *Curso Médico* haviam de fazer-se sempre «pelos melhores Autores que sobre elas tenham escrito de um modo elementar e abreviado, mas que sejam cheios de doutrina». «Declaro e ordeno, que nenhum Autor, nacional ou estrangeiro, seja fixamente adoptado para as lições de Medicina, mas que se tenha sempre provisionalmente o que for aprovado para o dito fim das lições, *enquanto não aparecer outro na mesma matéria que se julgue mais perfeito e mais útil ao bom aproveitamento dos estudantes*. Disposição que em geral se entenderá a respeito de todas as outras Faculdades».

O Hospital da Universidade, o Dispensatório Farmacêutico, o Teatro Anatômico, o Laboratório Químico e o Jardim Botânico, são criações pombalinas postas ao serviço da educação e da cultura dos médicos e de outros estudiosos das Ciências naturais, e que marcaram de facto, o início de uma nova era.

As dificuldades fundamentais a vencer eram evidentemente a falta de professores qualificados, o isolamento cultural, a falta de textos adequados, a falta de instalações, mas o mais tremendo obstáculo era o *nacional desamor pela ciência*.

Em 1891, o *Curso preparatório para a Faculdade de Medicina* era, segundo as disposições vigentes (Portaria de 9 de Outubro de 1861 e Decreto de 22 de Setembro de 1869), assim estruturado:

Primeiro ano — 1.^a Cadeira de Filosofia: *Química inorgânica*; 1.^a Cadeira de Matemática: *Álgebra Superior*, princípios da teoria dos números, geometria analítica, teoria das funções circulares, trigonometria esférica.

Segundo ano — 2.^a Cadeira de Filosofia: *Química orgânica e Análise Química*; 3.^a Cadeira de Filosofia: *Física, 1.^a parte*.

Terceiro ano — 4.^a Cadeira de Filosofia: *Botânica*; 5.^a Cadeira de Filosofia: *Física, 2.^a parte*; 6.^a Cadeira de Filosofia: *Zoologia*.

Antes do acto da 6.^a Cadeira — Zoologia — deviam os alunos mostrar-se também habilitados com os exames do 1.^o e 2.^o ano de *Desenho* (Curso Filosófico), que entretanto teriam cursado.

Três anos de preparatórios, tornavam a formatura em Medicina no mais longo e trabalhoso de todos os cursos universitários.

É certo que conferiam ao estudante de Medicina e ao médico, um prestígio universitário e social como nunca tinham tido e, mais importante, podiam dar-lhes uma preparação científica e um treino intelectual de alta qualidade. Contudo, na maior parte dos casos, embora tidos em apreço estes valores, os preparatórios eram considerados como um luxo bastante pesado, dado que faltava muitas vezes a oportunidade de empregar no estudo e na prática da Medicina os conhecimentos aprendidos na Faculdade de Filosofia. No que têm de reconhecer-se deficiências de ambas as partes. Das bases científicas que eram inadequadas; da medicina que, na realidade, não levava muito longe as suas exigências de fundamentação científica.

Em todo o caso, a audaciosa intenção de dotar o médico com um conhecimento científico completo, tanto nas ciências exactas como nas naturais, e o louvável propósito de «extinguir a velha dialéctica e de habituar a mocidade a servir-se da inteligência e a usar a razão» (*), *vinham directamente da Reforma Pombalina*.

Com efeito, mandavam os Estatutos de 1772 que os candidatos ao Curso Médico estudassem, na Universidade, e não em qualquer outra parte, *três anos efectivos de Física e Matemática*, como preparatórios «necessários para entrar com sólidos princípios no estudo da Medicina, que é uma Física particular do corpo humano».

No primeiro ano, ouviriam as lições de *Geometria* e as de *História Natural*; no segundo, as de *Cálculo* e as de *Física Experimental*; no terceiro as de *Phoronomia*(**) e as de *Química*, respectiva-

(*) Mirabeau, pág. 136.

(**) Sob esta designação reuniam-se estudos diversos que podíamos talvez hoje chamar de Física Teórica: aplicação do cálculo aos movimentos dos sólidos e dos líquidos e também aos fenómenos da óptica.

Note-se que a Cadeira pertencia à Faculdade de Matemática, não à de Filosofia.

mente nas *Faculdades de Matemática* e de *Filosofia*, que a mesma lei reformadora, criara *de novo*, e instituía, com clara visão, como Faculdades Maiores, ao lado e com os mesmos privilégios das irmãs mais antigas: Teologia, Cânones, Leis e Medicina.

Antes destes estudos, comprovados com todo o rigor e sem qualquer dispensa, deveriam os candidatos ter feito um curso de um ano de *Filosofia Racional e Moral* (na Universidade ou em outras escolas) e provar um conhecimento da *língua latina* «suficiente para que a entendam e escrevam correcta e desembaraçadamente» e da *língua grega* «para que a entendam com suficiência».

Recomendava-se também com insistência, mas não se exigia, o conhecimento das línguas vivas, «principalmente a Inglesa e a Francesa, nas quais estão escritas e se escrevem cada dia, muitas obras importantes de Medicina».

Começou cedo a resistência dos médicos ao aparato matemático. B. de Serra Mirabeau, escrevia em 1872, na «Memória Histórica» comemorativa do 1.º centenário da Reforma de Pombal: «o futuro da Medicina antevia-se próspero, independente dos artificios do cálculo. A filosofia médica deixou de ter os seus fundamentos nas verdades da Física». Em 1790, os candidatos à Medicina «foram dispensados da frequência e acto do terceiro ano matemático... O aviso de 21 de Junho de 1804, voltou a exigir os três anos... até que em 1823, se moderou o luxo estéril de tantas matemáticas» (pág. 153).

Se as «matemáticas» dos preparatórios médicos ficaram reduzidos à Cadeira de Álgebra Superior, a *Química* foi desdobrada em Química Inorgânica e Química Orgânica; a *História Natural* deu origem à Botânica e à Zoologia e a *Física* deu também origem a duas cadeiras distintas (Física, 1.ª parte e Física, 2.ª parte), continuando o curso preparatório a ter a duração de três anos. A Reforma de 1901, não o modificou, de maneira que, embora de conteúdo renovado pelas necessidades de actualização, a *organização formal* do curso e a designação das Cadeiras, chegou até 1910. A reforma republicana, por Decreto de 22 de Fevereiro de 1911, substituiu os *Preparatórios Médicos* por um «Curso de Química Biológica», um «Curso de Física Biológica» e um «Curso de Ciências Naturais», deixando ao aluno liberdade quanto à ordem por que havia de frequentar estes e outros cursos e cadeiras da Faculdade.

No ano lectivo de 1891-92, frequentou Egas Moniz a cadeira de *Algebra superior*, de que era catedrático o Doutor J. J. Souto Rodrigues e a de *Química Inorgânica*, (catedrático o Doutor F. J. Sousa Gomes), além da *Aula de Desenho* (curso matemático).

No ano seguinte encontrava-se matriculado em *Cálculo diferencial e integral* (que não fazia parte do elenco obrigatório dos preparatórios médicos) e de que era catedrático o Doutor José Bruno d'Almeida Azevedo e Lencastre; em *Química Orgânica*, regida pelo Doutor Sousa Gomes (catedrático o Dr. F. Correia Barata) e na de *Física, 1.ª parte*, catedrático o Doutor António dos Santos Viegas. Na *Aula de Desenho* frequentou o 2.º ano do curso Filosófico.

Em Química Orgânica, obteve, conjuntamente com o seu condiscípulo Manuel Gomes Filipe Coelho, um lugar de «1.º distinto».

No ano lectivo de 1893-94, frequentou as Cadeiras de *Botânica*, catedrático o Doutor Júlio Henriques; *Física, 2.ª parte*, catedrático o Doutor António Pereira Coutinho Garrido e a de *Zoologia*, catedrático o Doutor Manuel Paulino de Oliveira.

Vencida alguma hesitação, entrou Egas Moniz a frequentar o Curso de Medicina no ano lectivo de 1894-95.

Duas Cadeiras preenchião o 1.º ano: a de *Anatomia humana descritiva e comparada* (1.ª cadeira de Medicina) de que era catedrático o Doutor Basílio Freire e a de *Histologia e Fisiologia geral* (2.ª cadeira), da qual era catedrático o Doutor Filomeno da Câmara. As aulas, em cada uma das cadeiras, eram todos os dias, apenas com descanso à quinta-feira, quando não houvesse outro feriado ou dia santo na semana, e duravam hora e meia.

Acrescentarei um pormenor curioso: o de que não se dispensaram naquele ano, para a matrícula em Medicina as certidões de aprovação nos exames de língua grega e de língua alemã, exigência que os alunos satisfaziam com relutância e que tinha sido objecto de várias transigências e adiamentos.

Também os alunos tinham de adquirir os *livros adoptados* para as lições de cada ano e apresentar, para efeitos de matrícula, documento comprovativo da sua compra na Imprensa da Universidade (*). Esta disposição, verdadeiramente incompatível com a

(*) Esta obrigação applicava-se apenas aos livros editados na própria Imprensa da Universidade. A aquisição dos livros estrangeiros, embora indispensável, era livre.

dignidade científica de um curso superior, só foi abolida por Decreto de 1910.

Seria, contudo, pôr mal o problema, reduzi-lo a decidir qual é preferível: ter um livro defeituoso ou não ter livro nenhum. A falta de textos de qualidade, e na quantidade necessária ao grande número de alunos, é, também hoje, motivo de preocupações. Em todo o caso, o conhecimento dos textos escolhidos pela Faculdade, da sua qualidade científica e da sua actualização, da sua permanência em anos sucessivos ou da sua substituição, permite-nos uma imagem bastante fundamentada do nível do ensino e das ideias e noções correntes entre os professores e alunos em cada época e também das limitações, por vezes muito graves, a que todos estavam de, uma maneira ou outra, sujeitos.

A título de exemplo, e porque estou falando numa reunião de Anatomistas, direi que o livro de *Anatomia* era, naquele ano, o de Beaunis e Bouchard e que a *Histologia* se estudava pelo Berdal (4.^a edição) e pelo Boneval (guia de técnica microscópica).

O curso do 1.^o ano de Medicina 1894-95, tinha 48 alunos. Egas Moniz obteve um 3.^o *accessit*, mas o aluno mais distinguido foi o seu condiscípulo Albino Augusto Pacheco (1.^o Prémio e Prémio Barão de Castelo de Paiva).

Em 1895-96, frequentou Egas Moniz a 3.^a Cadeira — *Fisiologia especial e Higiene privada*, de que era catedrático o Doutor Luís Pereira da Costa, mas regida pelo substituto Doutor Francisco Basto; a 4.^a Cadeira — *Anatomia Topográfica e Medicina operatória*, catedrático o Doutor Manuel da Costa Alemão, e a 5.^a Cadeira — *Anatomia Patológica e Toxicologia*, catedrático o Doutor Raimundo Motta. Completava assim o 2.^o ano de Medicina. Em 1896-97 frequentava, continuando o Curso com perfeita regularidade, o 3.^o ano.

Compunham-no as seguintes cadeiras:

6.^a Cadeira: *Matéria médica e farmácia*, catedrático o Doutor Júlio de Sacadura Bote.

7.^a Cadeira: *Patologia geral e História geral da Medicina*, catedrático o Doutor Manuel Pereira Dias, regida pelo Doutor Luís Pereira da Costa, lente catedrático.

8.^a Cadeira: *Patologia cirúrgica e dermatologia*, catedrático o Doutor João Jacinto da Silva Correia.

No 3.^o ano, melhorou Egas Moniz a sua classificação académica, obtendo o 2.^o Prémio; o 1.^o Prémio foi atribuído a Albino Pacheco.

Em 1897-98, frequentou o 4.º ano de *Medicina*, constituído pelas seguintes cadeiras:

9.ª Cadeira: *Patologia geral*, catedrático o Doutor Lúcio Martins da Rocha, regida pelo catedrático Doutor Lopes Vieira.

10.ª Cadeira: *Tocologia, moléstias de púerperas e de recém-nascidos*, catedrático o Doutor Daniel de Matos.

No fim do ano, Albino Pacheco e Egas Moniz, eram distinguidos ambos com *Prémio* (sem gradação).

No ano lectivo de 1898-99, Egas Moniz, quintanista de Medicina, frequentava as seguintes cadeiras:

11.ª Cadeira: *Clínica de mulheres*, catedrático o Doutor Sousa Refóios.

12.ª Cadeira: *Clínica de homens*, catedrático o Doutor Augusto Rocha.

13.ª Cadeira: *Medicina Legal, higiene pública e policia higiênica*, catedrático o Doutor Adriano Xavier Lopes Vieira.

O Curso era agora constituído por 36 alunos. No 5.º ano tiveram honras de 1.º *accessit* os alunos Egas Moniz e Albino Pacheco, ambos com 16 valores; 2.º *accessit*, Alfredo Machado e Luís Augusto Leotte d'ayet du Périer (ambos com 15 valores).

A aprovação no *exame final do 5.º ano*, um exame de clínica prática que durava 20 dias, de 10 a 30 de Julho de cada ano, realizado no Hospital da Universidade, «examinando e receitando cada um do estudantes aos enfermos que lhes forem propostos... como se já por si mesmos houvessem de curar os ditos enfermos» (tal como se dispunha nos Estatutos de 1772), correspondia o grau de *Bacharel formado*, necessário e suficiente para o exercício autónomo da Medicina, em qualquer parte do País ou dos seus domínios.

No fim de Julho de 1899, Egas Moniz conquistava o seu título de *Bacharel formado em Medicina*, com a classificação de Muito Bom, com 16 valores e podia aspirar aos graus de licenciado e de doutor, que o habilitavam à docência universitária (*).

O acto de licenciatura (o primeiro dos «actos grandes») era árduo e trabalhoso: «tortura académica de contextura medieval

(*) O Decreto de 11 de Julho de 1871 — estabelecia que ao Acto de licenciatura seriam admitidos os *Bacharéis formados* com a classificação de *Muito Bom* ou de *Bom*, que o requeressem, em qualquer época do ano lectivo.

que, nessa época, era o primeiro passo para a carreira do professorado» (Egas Moniz, *Confidências*, pág. 75).

Já não era exigido o ano de repetição, abolido por Decreto de 15



Fig. 4 — Egas Moniz, quintanista de Medicina. 1899

de Junho de 1870, o famoso «sexto ano» que estudavam os predeterminados para lentes, revendo as matérias mais importantes do curso, «para que delas perfeitamente se inteirassem», como se o ideal a atingir pelo estudante para poder ser mestre por sua vez, fosse o de saber a lição «na ponta da língua» e até «de cór e salteado».

O acto de licenciatura constava agora (Decreto de 11 de Julho de 1871) de seis argumentos: o 1.º argumento, sobre uma disserta-

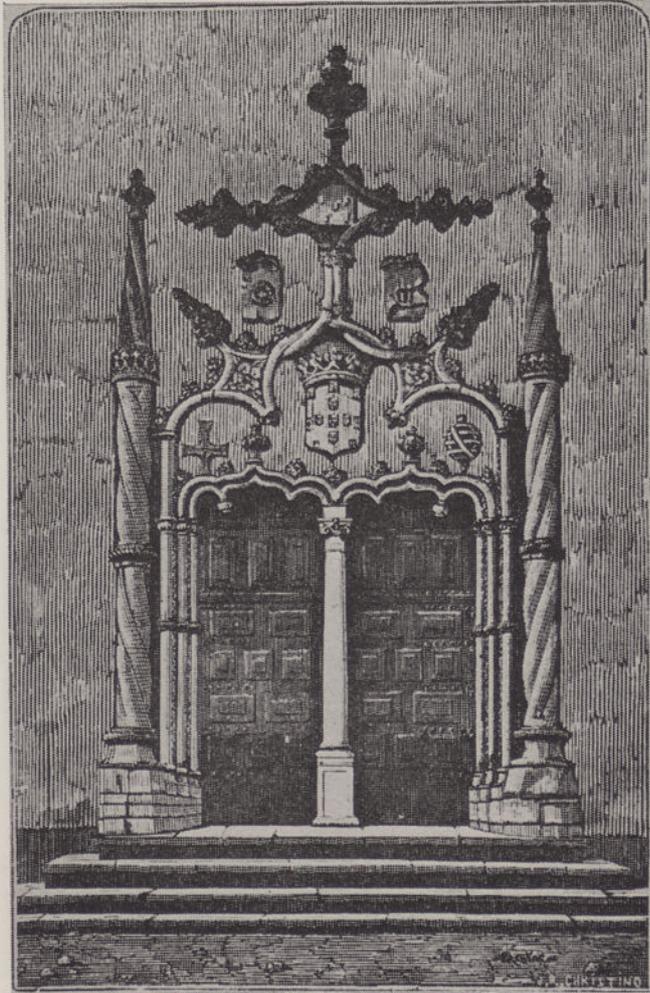


Fig. 5 — Porta da Capela da Universidade

Gravura do *Anuário da Universidade*, Ano lectivo de 1881-1882

ção que tinha de ser preparada em 20 dias pelo candidato, e cujo tema lhe era dado pela Faculdade 30 dias antes do acto: os outros cinco argumentos, sobre outros tantos pontos, tirados à sorte, três dias antes da prova, de grupos de cinco pontos versando as matérias

mais importantes do curso. Egas Moniz, fez o exame de licenciado em Medicina em 21 de Fevereiro de 1900, tendo-lhe sido dado para dissertação o seguinte argumento: «*Alterações anátomo-patológicas na difteria*». Foi aprovado com a classificação de Muito Bom, com 16 valores e recebeu, no mesmo dia, na «Real Capela», o respectivo grau, que lhe foi conferido pelo Reitor (*).

O passo seguinte, na áspera carreira de acesso ao professorado, que Egas Moniz acometera deliberadamente desde os tempos de estudante, era o acto de «Conclusões magnas», à aprovação no qual correspondia o *grau de Doutor*.

Os Estatutos de 1772 definiam o grau de Doutor como «a última e a maior honra a que nas Universidades pretendem chegar os que nela estudam» (Livro IV, cap. VII) embora naquela época, o doutoramento fosse uma cerimónia de pura ostentação, que qualquer licenciado tinha o direito de requerer. O *licenciado* era já o mestre, para a prática bastava o grau de *bacharel formado*.

O já citado Decreto de 1871, estabelecia, porém, que os licenciados que pretendessem o *grau de doutor*, deveriam compor e sustentar uma *dissertação inaugural e apresentar e defender teses* num acto chamado de «conclusões magnas» e que era o segundo dos «actos grandes». Este acto constava de *oito argumentos*, um dos quais sobre a dissertação inaugural, os restantes sete sobre proposições escolhidas pelo júri de entre as oferecidas pelo candidato. Cada argumento durava três quartos de hora. Total: 6 horas, no mesmo dia, de manhã e à tarde, ou em dois dias sucessivos.

Em Coimbra, o título de *Doutor* foi sempre tido na mais alta estima. Com ele a Universidade distinguia tanto o jovem que era admitido a iniciar a carreira de professor, como o sábio já consagrado, nacional ou estrangeiro, a quem o título podia ser conferido *honoris causa*. A *Alma Mater* nada tinha de melhor para lhes dar.

O progresso e a diversificação das Ciências vieram, com o andar dos tempos, a tornar evidente que um aluno inteligente e estudioso, ainda não era um professor e o doutoramento passou a realizar-se mais tardiamente e a ser seguido de provas de mais vincada especialização.

Tradicionalmente, só tinham acesso ao doutoramento os alunos mais classificados. «Tomei então o propósito de melhorar a minha

(*) O Doutor Manuel Pereira Dias, da Faculdade de Medicina.

classificação académica, estudando com mais afinco. Ascendi, ano por ano, até alcançar prémio no fim da formatura. Foi assim, passados os tormentos a que, ao tempo, obrigavam os candidatos ao professorado: acto de licenciatura, de conclusões magnas e concurso, que ascendi a lente. Fui o único do curso que alcançou tal distinção» (Egas, *Confidências*, pág. 9).

Na verdade, os jovens doutores de Coimbra eram, quase sempre, pessoas de destacado valor intelectual, garantido por um passado académico valioso na opinião concordante de mestres e de condiscípulos.

A obra realizada na dignificação do ensino e no cultivo da ciência, desde os fins do século passado, por muitos dos professores universitários, sobrecarregados de obrigações docentes e numa asfixiante carência de meios e de compreensão por parte dos poderes públicos e até de outros membros do corpo docente (*), é verdadeiramente admirável e digna de ser lembrada com a gratidão nacional. Na oração inaugural do ano lectivo de 1907-1908 na Universidade de Coimbra, afirmava Sobral Cid: «A história desta Faculdade (**) é, com efeito a demonstração completa de como, dentro do nosso viciado sistema pedagógico, uma corporação de ensino se pode regenerar, movida pela iniciativa intelectual do professorado».

Quem, porém, poderá sustentar que a *obra científica* que estes mestres deixaram, está ao nível do que seria legítimo esperar dos seus talentos e capacidades?...

Nos dias 8 e 9 de Julho de 1901, prestou Egas Moniz, na Sala dos Capelos, as provas para obter o título de *Doutor em Medicina*, tendo sido aprovado com a classificação de Muito Bom, com 17 valores.

A sua dissertação inaugural intitulava-se: *A Vida Sexual*.
I. Fisiologia.

O que poderia exigir-se de uma dissertação, pronta um ano depois da licenciatura, sem laboratórios, sem revistas científicas, sem livros actualizados (a não ser aqueles que o candidato mandava vir do estrangeiro e pagava do seu bolso), sem possibilidade

(*) «Vi, em Coimbra, a falta de interesse com que a obra de Costa Simões, na *Histologia*, foi olhada por quase todos os colegas». (Egas Moniz, *Ramon y Cajal*, pág. 11).

(**) Referia-se à Faculdade de Medicina de Coimbra.

de consultar e estudar obras fundamentais, por pessoas que nunca tinham saído do País?

Maravilha era que, graças à inteligência, à cultura, ao brio académico dos jovens estudantes, fosse possível apresentar uma exposição aceitável dos assuntos.

O merecimento da dissertação havia de buscar-se, não num impossível contributo pessoal, positivo e baseado na experiência, mas na escolha do tema, na sua importância ou na sua «novidade», no método da exposição, no tratamento mais ou menos exaustivo das opiniões e doutrinas, na crítica penetrante das teorias, ou até na espessura do volume...

A vastidão do assunto da dissertação de Egas Moniz — embriologia, anatomia, histologia e fisiologia do aparelho genital em ambos os sexos, a fecundação, a higiene sexual — seria desde logo um obstáculo intransponível a um estudo profundo e harmonioso do conjunto. Mas o jovem autor, mesmo mal apetrechado, não deixa de abordar problemas que vivamente o interessam, como a proporção dos sexos, a transmissão hereditária dos caracteres normais e patológicos, a regulação dos nascimentos, a fecundação artificial, etc.

Egas Moniz teve a audácia de escolher um tema que poderia escandalizar muitos dos seus contemporâneos. É mesmo possível, que isso fosse para ele um *risco calculado*, mas temos de atribuir-lhe merecimento por esse facto. Penso que é de justiça reconhecer que, pondo de parte certos aspectos do destino ulterior (*) da sua dissertação, o autor pretendia, fundamentalmente, sustentar a tese da *sexologia como ciência séria*. E isto era realmente novidade naquela época, e muitos anos depois...

Para o mesmo acto, apresentou Egas Moniz 36 proposições ou teses, de Medicina teórica e prática, as quais depois de vistas e aprovadas por uma comissão composta por 3 catedráticos (no caso os Doutores Raimundo Motta, Filomeno da Câmara e Lopes Vieira), receberam o *imprimatur* do Director da Faculdade, o Doutor Costa Alemão, em 20 de Dezembro de 1900.

As teses eram redigidas livremente pelo candidato, mas o seu

(*) Refiro-me à exploração comercial que se infere do número de edições da *Vida Sexual*. Os dois volumes: I-Fisiologia, II-Patologia, a princípio separadamente e logo depois reunidos, foram reeditados, com mais ou menos alterações, em 1904, 1905, 1906, 1913, 1918, 1922, 1923, 1928, 1930, 1932, 1933 (19.^a edição).

número e os assuntos sobre que deviam versar, eram determinados pela Faculdade. A comissão revisora tinha poderes para as emendar ou substituir. A infalibilidade do colégio professoral continuava a ser axiomática... O candidato podia, porém, recorrer para a Faculdade se não concordasse com as alterações propostas. O acto de doutoramento continuava a ser um *exame longo e difícil de um aluno brilhante, que no dia seguinte seria professor*, mantendo e agravando desta maneira o pior defeito da reforma pombalina.

Naturalmente, o doutorando procurava condensar nas proposições que apresentava, os conceitos mais profundos ou mais audaciosos, os resultados mais modernos ou as teorias mais avançadas de que tinha conhecimento, de maneira a poder «brilhar» na discussão, mostrando os seus conhecimentos e a sua argúcia. Algumas vezes se chegava ao ponto de aceitar que tinha mais merecimento a defesa de uma tese errónea do que a de outra que fosse verdadeira, porque isso seria mais difícil para o candidato.

De qualquer modo, as teses apresentadas pelos candidatos têm um interesse considerável pelo que reflectem da personalidade, da cultura, das preocupações, dos interesses científicos e dos conhecimentos de quem as formulou.

As teses de Egas Moniz, e que não devem ter sido retocadas pelos lentes revisores, são do que acabo de dizer, uma boa ilustração e para satisfação de justificada curiosidade, adiante se transcrevem.

Com o cerimonial costumado, recebeu Egas Moniz na Sala Grande dos Actos, em 14 de Julho de 1901, o grau de Doutor, que lhe foi conferido pelo Reitor, sendo padrinho o Conselheiro José Luciano de Castro, representado pelo Conselheiro José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral.

Na mesma cerimónia foram também investidos no grau de Doutor, o seu condiscípulo *Albino Augusto Pacheco*, que fizera acto de conclusões magnas em 7 e 8 de Junho de 1901, apresentando uma dissertação intitulada: *Degenerescência* e fora aprovado com a classificação de Bom, com 15 valores e *Luís dos Santos Viegas*, do curso anterior, bacharel formado em 1898, licenciado em 1899, que fizera acto de conclusões magnas em 22 e 23 de Maio de 1901, tendo apresentado uma dissertação sobre *O corpo tiróide*.

Doutores do mesmo ano, em outras Faculdades, foram: *José Joaquim de Oliveira Guimarães Júnior*, em Teologia e *Anselmo Ferraz de Carvalho*, em Filosofia, que receberam os seus graus em 28 de Abril e em 5 de Maio de 1901, respectivamente.

A reforma dos estudos da Universidade, delineada e regulamentada pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901, é, por assim dizer, apenas uma versão renovada e abreviada da reforma pombalina.

Era indispensável dar satisfação a algumas necessidades do ensino, exigidas pelo progresso científico, mas as estruturas mantinham-se, com insignificantes retoques, e o espírito que as informava era ainda o dos «Estatutos».

O governo reconhecia a necessidade premente de um ensino actualizado e de nível verdadeiramente superior, mas não fazia nada para aperfeiçoar a preparação dos professores, nem para promover a sua actividade científica, à qual faltavam completamente os meios e o ambiente.

Continuavam a existir os graus universitários de bacharel, de licenciado e de doutor. O primeiro era inerente, sem mais formalidades, à aprovação em todas as cadeiras do respectivo curso. Os «actos grandes» que agora se chamam simplesmente «actos» (os actos anuais passam a ser designados por «exames»), continuam sendo o de *licenciatura* e de *conclusões magnas* e «têm por fim comum verificar se os candidatos possuem os conhecimentos e as aptidões necessárias para o magistério universitário» (art. 48.º). «Os Actos grandes», diziam os Estatutos de 1772 (pág. 168), «têm por objecto a indagação de uma Ciência mais alta e profunda, que possa também habilitá-los (aos candidatos) para o Magistério». Pode haver mais acabada coincidência? E no mesmo espírito, diz mais adiante (art. 58.º) o Decreto de 1901: «O acto de Conclusões magnas é principalmente uma prova de ostentação (*sic*), para o candidato ter ensejo de patentear livremente os seus talentos nos pontos a que mais especialmente se tem dedicado, e simultaneamente os recursos da sua dialéctica na defesa da verdade científica».

Nos seus pormenores regulamentares a legislação sobre os actos de licenciatura e de doutoramento, é praticamente a mesma que já vigorava 30 anos antes, em 1871.

Os preparatórios médicos continuavam a exigir três anos de frequência da Faculdade de Filosofia e as Faculdades continuavam a designar os livros adoptados para cada cadeira. As aulas eram ainda de hora e meia, mas agora em dias alternados da semana, para permitir intercalar trabalhos práticos, a designar pelo professor.

Em todo o caso, a Reforma de 1901 trouxe benefícios importantes à Faculdade de Medicina. Em vez das 13 Cadeiras que constituíam o Curso de Medicina em 1891, havia agora 15. As clínicas



médicas e cirúrgicas tinham sido constituídas em cadeiras autónomas e foi criada de novo a Cadeira de *Propedêutica médica e cirúrgica*, que ficou sendo a 7.^a Cadeira. Merece realce a criação de um *gabinete de Radioscopia e Radiografia* no Hospital da Universidade, «para o regular funcionamento da instrução clínica dos alunos», em reconhecimento da importância que estava assumindo o emprego dos Raios X, «como meio de diagnóstico e de observação clínica».

Para o serviço docente, ficava a Faculdade dotada de um quadro de 15 lentes catedráticos e três substitutos. Nos fins do ano de 1901, havia duas vagas de catedrático (uma resultante da jubilação do Doutor João Jacinto da Silva Correia e a outra da criação da nova Cadeira de Propedêutica) e estavam vagos os três lugares de substituto. A Faculdade decidiu então abrir concurso para as 5 vagas.

O concurso era para *lente da Faculdade de Medicina*, não para professor de uma determinada cadeira. Os lentes eram, em princípio, «polivalentes» e, na prática, o substituto regia efectivamente as cadeiras que lhe fossem distribuídas, conforme as necessidades do serviço da Faculdade, até que pudesse ter uma vaga de catedrático, porventura em cadeira de índole muito diferente das que tinha anteriormente regido.

O regulamento das provas de concurso era quase decalcado sobre o que tinha sido estabelecido em 1865 (Decreto de 21 de Agosto).

Além da apresentação de uma *dissertação* sobre tema de livre escolha do candidato, em matéria importante de qualquer cadeira da Faculdade que seria objecto de discussão e de interrogatório por espaço de hora e meia, o concurso constava ainda das seguintes provas:

a) uma lição de uma hora, sobre assunto à escolha do candidato, mas pertencente a uma cadeira diferente da do tema da dissertação.

b) uma lição sobre ponto sorteado 48 horas antes, sobre matéria de qualquer das Cadeiras da Faculdade. Os pontos não podiam ser menos de 30 e seriam dados a conhecer 20 dias antes do início das provas. Sobre cada uma destas lições incidiam interrogatórios e discussão por espaço de uma hora.

c) trabalhos práticos organizados pelo júri, sobre pontos sorteados na ocasião.

Apresentaram-se ao concurso cinco candidatos: além de Egas



Moniz, os doutores *Luís dos Santos Viegas*, a quem já fiz anteriormente referência; *Ângelo Rodrigues da Fonseca*, licenciado em 1901 e que tinha feito acto de conclusões magnas em 23 e 24 de Janeiro de 1902, com uma dissertação intitulada *A Peste*; *Elísio de Azevedo e Moura*, licenciado em 1901, que fizera acto de conclusões magnas em 5 e 6 de Fevereiro de 1902, com a dissertação *A toxidez da Urina*, vol. I; *José de Matos Sobral Cid*, do mesmo curso dos dois anteriores, também licenciado no ano de 1901, que fez acto de conclusões magnas em 29 de Fevereiro e 1 de Março de 1902, apresentando a dissertação *Coimbra — Demografia e hygiene*. Cada um destes concorrentes tinha obtido no acto do doutoramento a qualificação de *Muito Bom*, com 17 valores.

Como dissertação para o concurso apresentou Egas Moniz o volume *A Vida Sexual*. II. Patologia, Coimbra, 1902. França Amado, Editor.

Aprovados todos os distintos candidatos, foram colocados nas vagas existentes: os doutores Ângelo da Fonseca e Sobral Cid como catedráticos, nas Cadeiras de *Patologia externa* e de *Patologia interna*, respectivamente. Como lentes substitutos ficaram os doutores Luís Viegas, Egas Moniz e Elísio de Moura. Nomeados por Decreto de 4/12/902, tomaram posse, todos no mesmo dia, por esta mesma ordem, dois dias mais tarde.

Depois do seu concurso, mostrou-se Egas Moniz, levado pela «ânsia de saber e pelo desejo de renome», mais interessado em completar e aperfeiçoar a sua educação médica no estrangeiro, do que no exercício do magistério. Temporariamente, regeu na Faculdade a 1.^a, a 2.^a e a 3.^a Cadeiras (Anatomia, Histologia e Fisiologia geral, Fisiologia especial).

Maximino Correia, sempre bem informado das coisas universitárias, deixou escrito que «não foi exemplar a assiduidade de Egas Moniz, como Professor em Coimbra».

Decidido a cultivar a Neurologia, é o próprio Egas Moniz quem nos conta que começou por se dirigir a Bordéus. Aí estudou com Pitres, e também com Régis, a Psiquiatria, já em 1902. Passou depois a Paris. Em anos seguintes, durante meses sucessivos, frequentou as clínicas de Raymond, P. Marie, Babinski, Déjerine, Sicard, de Martel, Cl. Vincent, enriquecendo os seus conhecimentos científicos e humanos no inapreciável convívio de tão variadas e distintas personalidades. «O que eu sou em ciência, devo-o à França, aos seus mestres» (pág. 69).

Entre 1901-2, data das dissertações de doutoramento e de concurso, e 1910, não se encontra na sua bibliografia senão um trabalho, publicado no Boletim da A. N. T., intitulado: *O Perigo Alcoólico*.

Egas Moniz admite que a sua carreira de investigador científico apenas começou aos 51 anos, com os estudos de arteriografia cerebral.

Professor universitário desde os 28, catedrático desde os 35, absorveram-no até então a preparação especializada nos centros estrangeiros, as obrigações docentes e hospitalares, a clínica privada, a política e a diplomacia. Em todo o caso, forçoso é reconhecer que algo estava errado, para que assim tivesse acontecido.

A exigência de um *curriculum científico* (não de um monte de papel!) é de há muito tida como essencial e deve ser condição *sine qua non* num concurso para professor universitário. Ameaçada por muitos modos e de muitos sectores, a instituição universitária valerá o que valerem os seus mestres. A *dedicação exclusiva* (no sentido literal, que vai muito para lá da definição que se lhe deu em textos legais portugueses) ao ensino e à investigação, deve ser defendida com vigor. Só faltará, para um recrutamento valioso, que a selecção seja sempre aferida pelas qualidades intelectuais e morais dos candidatos.

Por Decreto de 24 de Fevereiro de 1910, foi Egas Moniz promovido a lente catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra. A revolução de 5 de Outubro, criou em Lisboa e no Porto duas outras Universidades, nas quais foram integradas as Escolas de Ensino superior que existiam naquelas cidades, nomeadamente as Escolas Médico-Cirúrgicas, as quais, merecidamente, se transformaram nas respectivas Faculdades de Medicina.

O ensino universitário foi então objecto de profunda reforma. Pelo que toca à Faculdade de Medicina, o Decreto com força de lei de 22 de Fevereiro de 1911 insiste na importância a dar ao ensino prático e experimental e afirma claramente o propósito de fazer das Faculdades não só *escolas de instrução médica*, mas também *centros activos de produção científica*. Este o seu mérito essencial.

Na organização do Curso Médico encontrou-se, pela primeira vez, lugar para um certo número de especializações médicas e cirúrgicas. No princípio de Abril de 1911, Egas Moniz deixava Coimbra para ir ocupar a *Cadeira de Clínica Neurológica* da Faculdade de Medicina de Lisboa, cujo ensino iniciou no ano lectivo seguinte.

*

* *

Egas Moniz nunca esqueceu que «em Coimbra se fizera médico e fora lente» (*Confidências*, pág. 68), mas só ocasionalmente e em fugidias passagens voltou a esta cidade. Duas destas visitas, merecem todavia ser assinaladas, dentro do espírito que orienta a evocação que da sua vida estamos fazendo.

Uma delas, em fins de Julho de 1939, a celebrar com os condis-



Fig. 6 — Egas Moniz recebido na Universidade de Coimbra em 29 de Abril de 1950

cípulos, o 40.º aniversário da formatura e a assistir ao descerramento de uma placa de bronze, na casa da Rua de Tomar, n.º 1, aos Arcos do Jardim, onde viveu de 1894 a 1899, enquanto foi estudante de Medicina, «homenagem de carinho e de admiração dos seus condiscípulos, ao descobridor da Angiografia».

A outra, em 29 de Abril de 1950, alguns meses depois de ter sido laureado com o prémio Nobel, a convite da Associação Académica de Coimbra. Rodeado pelo carinho dos estudantes, foi Egas Moniz recebido na Sala dos Capelos, no meio de entusiásticos aplausos.

O presidente da Associação Académica, o estudante Fernando Rebelo, em vibrante discurso, saudou Egas Moniz, glória de Portugal, em nome da Academia de Coimbra. Com penetrante intuição, mais para admirar num escolar de Direito, refere-se à leucotomia: «vejo o aparelho a penetrar nos orifícios feitos no crânio. Vejo a ansa abrindo-se e o fio a cortar a substância branca. Esse foi o acto trágico. Porque trágico é todo acto em que o homem conhece o destino e o modifica». E mais adiante, com amadurecido conceito do valor da investigação científica, o jovem estudante coimbrão afirmou: «Senhor Professor Egas Moniz: os triunfos de V. Ex.^a enchem-me de orgulho como português de lei que sou. Mas é pelo significado que a sua vida de cientista deverá ter na viragem das nossas coisas e da nossa mentalidade que eu, como português, lhe estou grato».

Na conferência que a seguir pronunciou, Egas Moniz evocou, com saudade, voltado para os estudantes, «a cálida atmosfera de despreocupação e de felicidade, o que não excluía a audácia, que se adivinha no vosso porte, de escalar o céu!».

A sua velha Escola, de cujos doutorais a morte tinha já levado quase todos os antigos mestres, aparecia-lhe, através da névoa da saudade, sublimada e quase irreal, como o lugar onde, sinceramente, para sempre desejaria repousar: «Senhor Reitor! Peço-lhe o grande favor de me considerar aluno perpétuo desta Casa; saudoso caminheiro que de novo lhe bate à porta, pedindo abrigo».

O Reitor, Doutor Maximino Correia, em palavras finais, sublinhou o significado da presença de Egas Moniz na Universidade de Coimbra.

Se tivesse permanecido em Coimbra, teria Egas Moniz obtido, por seus trabalhos e pesquisas, o prémio Nobel?

A pergunta não pode, evidentemente, ter uma resposta verificável.

A vida humana, a vida de cada um de nós, é uma experiência irreversível: não se pode voltar atrás e recomeçar em direcção diferente. Em todo o caso, penso que uma sondagem da opinião de pessoas conhecedoras das circunstâncias, e capazes de ponderar as dificuldades sem as subestimar e os recursos e possibilidades sem os sobrevalorizar, daria uma resposta *rotundamente negativa*.

A conclusão prática é que se torna necessário promover e manter, as condições de trabalho e de ambiente científico, em nível que

permita que, sem deixar Coimbra, os seus universitários consigam exercer uma actividade científica cujos frutos mereçam o reconhecimento internacional, inclusivamente nos seus mais elevados escalões.

Coimbra, 14 de Julho de 1974

A. TAVARES DE SOUSA

Professor de Histologia e Embriologia

Encarregado do Curso de História da Medicina na Universidade de Coimbra

BIBLIOGRAFIA

- Anuário da Universidade de Coimbra* — Anos de 1891-92 a 1911-12.
- B. SERRA DE MIRABEAU — *Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina*. Coimbra, 1872.
- EGAS MONIZ — *Confidências dum Investigador Científico*. Edições Ática, Lisboa, 1949.
- *Última Lição*. (Bibliografia). Portugália Editora. Lisboa, 1944.
- *Ramon y Cajal — Uma doutrina e uma época*. Lisboa, 1948.
- *A Vida Sexual*. I. Fisiologia. 1.^a edição. XXIV, 362 p. França Amado. Coimbra, 1901.
- *A Vida Sexual*. II. Patologia. 1.^a edição. XXIII, 292 p. França Amado. Coimbra, 1902.
- *Por Coimbra*. Dr. João Francisco de Almeida. Separata de *In Memoriam*, dedicada a este ilustre Médico Madeirense. Funchal, 1943.

APÊNDICE

TESES de Medicina Teórica e Prática que na Universidade de Coimbra se propõe defender, para obter o grau de Doutor, *António Caetano d'Abreu Freire Egas Moniz*.

Primeira Secção — *Anatomia humana e comparada. Histologia e Fisiologia geral.*

I — Pertencem ao grande simpático os gânglios das raízes posteriores. II — O denominado 5.º ventrículo cerebral é uma parte da fenda inter-hemisférica. III — A dolicocefalia tende a ser substituída por uma braquicefalia universal. IV — O óvulo pode ser uma célula completa, só por si pode dar origem ao feto. V — O fascículo em virgula de Schultze é constituído por fibras comissurais. VI — A vida é fundamentalmente uma reacção química.

Segunda Secção — *Fisiologia especial. Medicina operatória.*

I — Tendemos para a inconsciência. II — A menstruação na mulher é o *reliquat* duma doença ancestral. III — A existência das fibras directas ópticas nada tem que ver com a visão binocular. IV — Nos cardíacos cloroformizáveis aconselho a anestesia operatória completa. V — Sou contra a iridectomia na operação da catarata. VI — Nos tumores epiteliaes há elementos parasitários. VII — As granulações patológicas das células glandulares são neo-formações. VIII — Os sais de cobre, em doses não nauseosas, não são tóxicos.

Terceira Secção — *Matéria Médica e Farmácia. Patologia e História da Medicina.*

I — Os alcalóides tendem a desaparecer da terapêutica. II—Os tartratos duplos não são eméticos. III—As regras da assepsia devem

ser observadas cuidadosamente na elaboração d'alguns preparados farmacêuticos. IV — As toxi-albuminas microbianas são substâncias vivas. V — A reacção antitóxica do soro é um fenómeno constante nas intoxicações. VI — O bacilo de PFEIFFER não é um agente patológico específico. VII — Algumas formas de psicoses têm variado com as épocas. VIII — Defendo o tratamento cirúrgico da apendicite. IX — O cateterismo cistoscópico dos ureteres é prático, inofensivo e duma incontestável utilidade em patologia cirúrgica. X — Os apertos laríngeos devem tratar-se pela implantação de fragmentos das cartilagens costais.

Quarta Secção — *Patologia interna. Tocologia.*

I — A sangria é o melhor tratamento da clorose. II — A gripe não é uma entidade mórbida. III — Os gotosos devem fazer uso de carnes vermelhas. IV — Sou pela cloroformização durante o parto. V — A sangria, só por si, é inconveniente no tratamento da eclampsia. VI — É principalmente devido ao estado do sangue que principia a respiração no recém-nascido.

Quinta Secção — *Medicina legal. Higiene e policia higiénica.*

I — O crime e a loucura só estão separados pelos prejuízos sociais. II — Sob o ponto de vista médico-legal é importante o estudo da fauna e flora cadavéricas. III — Deve ser proibido o casamento aos indivíduos afectados de doenças graves contagiosas. IV — A altitude é um elemento secundário a atender na edificação de sanatórios para tuberculosos. V — O uso diário do banho frio constitue uma boa prática higiénica. VI — as epizootias artificiais são o melhor meio da extinção dos ratos.

EGAS MONIZ

POLÍTICO E DIPLOMATA

O Prof. Egas Moniz foi, além de cientista eminente, galardoado com o prémio Nobel, homem de letras, crítico de arte e político. Nesta última qualidade prestou ao país relevantes serviços como parlamentar, ministro e diplomata. Durante vinte e cinco anos, entre 1901 e 1926, no exercício de altos cargos governativos ou de representação, debateu e ligou o seu nome à resolução de árduos problemas relacionados com a metrópole, o ultramar e o estrangeiro, desde os problemas financeiros e de administração pública e local, até aos que diziam respeito à posição internacional do nosso país. No desempenho de funções elevadas teve ensejo de se distinguir e confirmar as qualidades de inteligência e patriotismo que foram apanágio da sua carreira excepcional.

Como deputado, as suas intervenções em debates de grande alcance, como os da questão dos tabacos e do caminho de ferro de Ambaca, nos quais tomou destacada parte em defesa do interesse nacional, constituem páginas brilhantes dos anais parlamentares. Ministro dos Negócios Estrangeiros, numa época particularmente difícil, a da transição da guerra de 1914-1918 para a paz, pôde realçar a reputação de que gozava como governante esclarecido e atento aos acontecimentos que orientou com dignidade e firmeza, no sentido de corresponder às conveniências do nosso país. Desempenhou funções diplomáticas elevadas, sendo nosso representante em Madrid e primeiro chefe da delegação portuguesa à conferência da Paz no final de 1918 e começo de 1919. Deu então a exacta medida do seu mérito e nenhuma voz mais autorizada do que a sua se ergueu para reivindicar os nossos direitos, resultantes da participação de Portugal na guerra.

O parlamentar, o ministro e o diplomata que realizou entre outras tarefas destacadas a da reconciliação com a Santa Sé, após

sete anos de interrupção, foram as facetas distintas, mas concordantes, da acção política do Prof. Egas Moniz, numa época que correspondeu a uma viragem da história contemporânea. Através delas se manifestaram, triunfantemente, o seu talento multifonme e a sua personalidade versátil. Dessa acção há concludentes testemunhos arquivados na Imprensa, em livros, nos anais do Parlamento, em documentos oficiais e numa numerosa correspondência cujo interesse histórico e nacional é supérfluo realçar, e que testemunham o seu infatigável labor ao serviço da pátria. A Casa de Egas Moniz, por iniciativa do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, no qual está integrada, encontra-se a compilar e a coligir, ordenando-a, essa correspondência, tarefa que tem em curso e a que antecipadamente se devotou a fim de que a sua realização tardia não prejudique o relevo devido às comemorações centenárias, contando completá-la, ou pelo menos tê-la em adiantado estado, no mais curto prazo de tempo possível. Tal iniciativa tem já a aprovação do Ministério da Educação e Cultura, tendo sido enviado recentemente ao Director do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, o seguinte ofício:

«Em referência à carta de V. Ex.^a dirigida a Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, solicito de V. Ex.^a se digne informar-me sobre o andamento dos trabalhos de recolha de documentos que tragam à luz a actividade política do Prof. Egas Moniz, a fim de esta Direcção-Geral poder apreciar a vantagem de se encarregar da sua publicação».

Por esta forma se concretiza a proposta que tivemos a oportunidade de fazer na reabertura da Casa-Museu Egas Moniz em 1 de Maio de 1972, segundo a qual se deveria promover a reedição de toda a obra de Egas Moniz, não só científica e literária, mas sobretudo política. Algumas pessoas presentes à cerimónia, e não vale a pena aqui referir os seus nomes, protestarem contra esta última referência, mas a assembleia, no seu conjunto, aprovou-a. Também numa reunião da extinta (ou melhor, não ainda reconstituída) Comissão Executiva das Comemorações do Centenário do Nascimento de Egas Moniz — a que presidia o falecido Prof. Amorim Ferreira, então presidente da Academia das Ciências de Lisboa —, contra a mesma referência protestou o Prof. Almeida Lima, afirmando ter sido secundária a acção política desenvolvida no país

pelo Prof. Egas Moniz. Nós, pelo contrário, afirmamos aqui que Egas Moniz foi, acima de tudo, um político, e para isto nos baseamos no que atrás foi referido, simplesmente a sua prometedora carreira política foi brutalmente e acintosamente cortada pela ditadura salazarista, em 1926. Cortada assim esta carreira, fechadas as portas da política, Egas Moniz entregou-se de alma e coração, e com os fulgores da sua inteligência ímpar, à investigação científica, onde o seu génio depressa triunfaria, grangeando-lhe o prémio Nobel da Medicina. Por esta forma, o ódio negro do ditador transmutou-se, por uma mágica alquimia, na coroa de louros para o génio que hoje celebramos (*).

EGAS MONIZ

CRÍTICO DE ARTE

Focámos, no artigo anterior, o aspecto político da actividade do Prof. Egas Moniz, mostrando que o eminente Mestre nasceu político, como outros nascem poetas ou músicos. Para além disso, foi, como então também dissemos, investigador científico cujos méritos foram internacionalmente reconhecidos pela atribuição do prémio Nobel da Medicina. Como se isto não bastasse para celebrar Egas Moniz, foi ainda homem de letras e talentoso crítico de arte. Desde a sua «Conferência de arte» feita em 1916 no Museu Regional de Aveiro, até à que teve lugar na Academia das Ciências de Lisboa, em Abril de 1955 (alguns meses antes do seu falecimento) a que deu o título *A folia e a dor na obra de José Malhoa*, passando pela que proferiu na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa, em 1950, com o título *Silva Porto*, e passando igualmente pelo trabalho sobre *Maurício de Almeida — Escritor*, em 1943, e por aquele outro que intitulou *Ao Mestre José Malhoa*, em 1928, numa edição dos Amigos de José Malhoa, Egas Moniz exerceu, com superior talento e devotada afeição, um magistério crítico, no domínio da arte, de grande valia.

A tão notável conjunto de trabalhos, bem conhecido do público em geral, orgulha-se neste momento o Museu Nacional da Ciência

(*) Este artigo saiu no jornal *Domingo*, de 21-7-74, pág. 8.

Museu dirigiu, pois, ao Ministro da Educação Nacional o seguinte ofício que gostosamente aqui se transcreve:

«É com grande satisfação que venho comunicar a Vossa Excelência que foi oferecido ao Museu Nacional da Ciência e da Técnica um precioso inédito do Prof. Egas Moniz, dando o ofertante ao Museu a necessária autorização para promover a sua publicação neste ano do Centenário. Trata-se de um trabalho de crítica das obras do Mestre pintor António Saúde, que pertenceu ao grupo Silva Porto.

Nestas condições, solicito que Vossa Excelência, por sua vez, conceda a sua autorização para que o Museu possa encarregar-se da edição do referido inédito. Este Museu tem nisso o maior empenho, visto tratar-se de uma forma de homenagem que ficará, como número único, no conjunto das comemorações festivas que vão fazer-se, celebrando a passagem do 1.º Centenário do nascimento de Egas Moniz.

Desde já apresento a Vossa Excelência, Senhor Ministro da Educação Nacional, os meus devotados agradecimentos».

Sobre este ofício escreveu o Prof. Dr. Veiga Simão o seguinte despacho «Autorizo com muito agrado — 10-3-74».

Como foi possível obter este inédito? Tudo se fica devendo ao distinto Engenheiro da C. P. Ginestal Machado que, há precisamente um ano, em Julho de 1973, nos enviou do Porto a seguinte carta:

«Escrevo-lhe para Coimbra porque certamente aí passa os fins de semana e poderá assim debruçar-se sobre o assunto desta minha carta. Li, não sei em que jornal, que o Museu Nacional da Ciência e da Técnica, como responsável pela Casa-Museu Egas Moniz, promoveria a publicação de obras inéditas do Prof. Dr. Egas Moniz, a propósito do Centenário do seu nascimento, no próximo ano. Como sei que a viúva do Sr. Moreira Fernandes, antigo dirigente da Sociedade das Belas Artes, tem um trabalho de 1955, que o Prof. Egas Moniz escreveu sobre o Mestre António Saúde, Pintor do grupo

Silva Porto, julgo de todo o interesse a sua publicação, porque era esse o desejo de Egas Moniz. Não se concretizou porque faleceu algum tempo depois, e bem assim o Pintor António Saúde.

Dada a valorização que tem actualmente toda a obra deste Pintor, cujo centenário também ocorre breve, em 1975, muito interessará cumprir-se o desejo do Prof. Egas Moniz.

Estou pronto a servir de intermediário, porque muito admirei esses dois vultos da nossa História e eram velhos amigos de meu Pai.

Fico esperando, com interesse, as suas notícias».

Entregue, por esta forma, ao Museu Nacional da Ciência e da Técnica o precioso inédito, e obtida a autorização ministerial atrás referida, começaram imediatamente os trabalhos para a edição do último livro escrito por Egas Moniz. Contamos que apareça nos escaparates das livrarias no próximo mês de Novembro, e seja posto à venda, no dia 29, dia que todo o país celebrará condignamente, assim o esperamos, a passagem do primeiro centenário do nascimento do grande Mestre. Aguardemos, pois, esse dia» (*).

EGAS MONIZ

VÍTIMA DO SALAZARISMO

No espólio documental, a que fizemos referência no n.º 2 deste jornal, cuidadosamente acumulado por Egas Moniz, na sua Casa-Museu, em Avanca, encontram-se valiosos documentos que atestam diversos aspectos da aversão de Salazar por Egas Moniz.

Um dos mais odiosos é o que se refere aos impedimentos sucessivamente levantados para inutilizar a homenagem nacional em que estiveram empenhados, em 1950, milhares de portugueses, celebrando a atribuição do prémio Nobel ao notável cientista. Isto não impediu, porém, que de todos os pontos do país fossem enviados a Egas Moniz, comoventes e vibrantes mensagens.

(*) Este artigo foi publicado no jornal *Domingo*, de 28-7-74, pág. 8.

Entre muitas dezenas, reproduzimos hoje aqui uma bem significativa, no momento actual:

«Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Egas Moniz.

Excelência:

Pelos Vossos trabalhos científicos, como Sábio de renome internacional — recebe Vossa Excelência as mais altas e mais representativas manifestações de apreço, as mais significativas expressões de agradecimento e consideração.

Pela projecção ampla das Vossas investigações, pelas possibilidades libertadoras trazidas pelas mesmas ao cérebro humano, se impõe também Vossa Excelência à consideração de todos os cientistas e de todos os homens de Portugal e de todo o mundo, até de quantos movidos pelos mais incompreensíveis preconceitos, se inquietam pelo que a ciência possa necessariamente destruir nas suas consequências filosóficas.

Nós, que admiramos Pasteur na sua afirmação de que o «método experimental deve estar despido de toda a especulação metafísica» e nos sentimos engrandecidos com o seu pensamento ao afirmar «A ciência deve ser a mais alta personificação da pátria porque de todos os povos, ela será sempre a primeira, que marchará na vanguarda, pelos trabalhos do pensamento e da inteligência.» — nós, neste passo, tomamos o Vosso Prémio Nobel como de verdadeiro e insofismável prestígio nacional aos olhos do mundo inteiro e também como uma aquisição valorosa jamais conseguida para o Património Científico e Moral da nossa Pátria. E porque pensamos e queremos que a ciência liberte o Homem da escravidão a que outros homens o amarram, vemos na razão do Vosso Prémio Nobel uma contribuição efectiva nas suas mais distantes consequências, para a liberdade humana, para os anseios de felicidade e bem estar por que todos os homens simples lutam ver generalizados na Terra.

Por isso, se muito nos apraz admirar Vossa Excelência como Cientista, mais fácil e, momentaneamente, mais agradável se nos torna considerar, em Vossa Excelência, o Homem. Como tal, Vossa Excelência, é para nós, através de todas as

suas mais variadas e complexas actividades, o Democrata, o Anti-fascista que enfileira ao nosso lado, que está com a maioria nacional na sua repulsa contra o nosso governo anti-nacional. Como tal, Vossa Excelência, é o Democrata que se confundiu com o Povo Português quando, em 1943, na altura do grande Movimento de Unidade Democrática, afirmou:

«Desejo, acima de tudo, a liberdade de expressão do pensamento. Sem ela não pode haver progresso social. Liberdade ampla, embora com responsabilidade dos que dela se utilizem na Imprensa, no livro. A liberdade só existirá quando desaparecerem os censores, carcereiros da ideia, déspotas do pensamento alheio».

«Não compreendo liberdades parcelares, como generosidade de um governo; mas a liberdade em todos os sectores da actividade humana, como prerrogativa do povo».

Assim, numa atitude simples — nós, os presos políticos da Fortaleza de Peniche (e pronunciando-nos também por centenas de democratas encarcerados no Tarrafal, Caxias, Aljube, Penitenciária e nas demais prisões políticas do país) não podemos deixar de por intermédio de nossos familiares, ir prestar a nossa modesta homenagem a Vossa Excelência, como Homem, Sábio, Humanista, Democrata e Anti-fascista firme e intransigente perante um governo opressor que, até sua extinção, obrigará permanentemente ao combate, as inteligências fortes e esclarecidas.

Pela Liberdade ao Pensamento! — Pelo Progresso! — Pela Democracia!

Fortaleza de Peniche
Janeiro de 1950.

Os Presos Políticos».

Mas a campanha contra Egas Moniz vinha de longe, já se manifestava antes da atribuição do Prémio Nobel. Assim, em 28 de Agosto de 1947, era dirigido ao Governador Civil de Aveiro o seguinte ofício:

«Ex.^{mo} Senhor Governador Civil do Distrito de Aveiro:

Um numeroso grupo de admiradores, de todo o Distrito, do Dr. Egas Moniz, pretende prestar na capital do Distrito de

onde é natural, uma homenagem pública ao Homem e ao sábio de nome internacional.

Para tanto pede-se autorização para realizar em Outubro próximo uma sessão pública de homenagem no Teatro Aveirense, onde será feita por oradores de mérito, o elogio do sábio e do cidadão.

Aveiro, 28 de Agosto de 1947.

Pede-se deferimento.

aa) *Fernando Vieira de Sá
Pompeu Cardoso
Moreira Lopes*».

Pois a este pedido tão simpático, respondia o Governador Civil, em 19 de Setembro, nos seguintes termos:

«República Portuguesa Governo Civil de Aveiro.

Ex.^{mo} Sr. Dr. Pompeu Cardoso.

Aveiro

N.º 700/47

L.º D/12

Para os devidos efeitos, comunico a V. Ex.^a que o Sr. Governador Civil indeferiu o requerimento em que V. Ex.^a e outros *requereu* (o sublinhado é nosso) autorização para se realizar no próximo mês de Outubro no Teatro Aveirense uma sessão de homenagem pública ao Sr. Dr. Egas Moniz.

A Bem da Nação.

Governo Civil de Aveiro, aos 19 de Setembro de 1947.

O Oficial, Serv.º de Secretário,
António Correia Vaz de Aguiar».

Neste documento oficial tudo falta, dignidade, isenção, e até a própria gramática...

Aqui o deixamos registado, tal qual é, bem demonstrativo da opressão salazarista, a todas as horas exercida pelos lacaios do ditador (*).

A PROJECTADA MAS NUNCA REALIZADA HOMENAGEM NACIONAL A EGAS MONIZ

Já aqui referimos, no n.º 5 deste jornal, que muitos milhares de portugueses quiseram organizar uma homenagem nacional celebrando a atribuição, em 1949, do Prémio Nobel da Medicina a Egas Moniz. O salazarismo, então reinante, não o permitiu. Também como referimos, isso, porém, não impediu que Egas Moniz recebesse de todos os pontos do país centenas de mensagens altamente significativas, como aquela que fizemos reproduzir no citado n.º 5 deste jornal. Damos à estampa, hoje, mais duas, a primeira das quais com um precioso inédito de Júlio Dantas. Trata-se da homenagem prestada a Egas Moniz em 1950, pelo jornal médico *Gazeta Médica Portuguesa*, cujos Conselhos, Científico e de Redacção, entregaram ao Mestre um magnífico álbum com as assinaturas de todos os membros, à excepção, no Conselho Científico, do Prof. Dr. Lúcio de Almeida e Dr. Manuel Tapia. Além destes, assinaram a mensagem todos os Chefes de Redacção. É neste álbum que se encontra o manuscrito inédito de Júlio Dantas que é do teor seguinte, e que vale a pena aqui arquivar, dado o estilo inconfundível do seu autor:

«O primeiro titular do prémio Nobel, em Portugal, não foi um poeta, nem um apóstolo da paz, nem um cultor das ciências matemáticas ou físico-químicas; foi um médico. Egas Moniz, neurologista insigne, mestre que concebeu os métodos da encefalografia arterial e da leucotomia pré-frontal, criador genial da psicocirurgia, sábio de universal renome que abriu novos caminhos à ciência e prestou altos serviços à humanidade, acaba de ver a sua obra coroada pelo mais célebre dos prémios internacionais. Está de parabéns a medicina portu-

(*) Publicado no jornal *Domingo*, de 4-8-74, pág. 8.

guesa. Deve sentir-se orgulhosa a Nação. Não são os sábios que criam as pátrias; mas são eles que as tornam imortais.

Júlio Dantas».

Outra mensagem da mesma época também muito significativa, é a que foi enviada pelos democratas do distrito de Bragança:

«Ex.^{mo} Senhor Professor Dr. Egas Moniz.

Obedecendo ao dever que sentem perante aqueles que representam as mais caras virtudes da Raça e a mais esclarecida consciência nacional, os democratas do distrito de Bragança vêm trazer perante Vossa Excelência a sentida mensagem de saudação pela grande honra que para a Pátria foi ganha no momento de ser a Vossa Excelência conferido o Prémio Nobel da Medicina. Não podem furtar-se ao sentimento de profundo respeito que lhes inspira o nome de quem, em dias de abatimento nacional, sabe erguer alto o nome português mostrando ao mundo que nesta terra se não perdeu, apesar de tudo, o amor da Ciência e o culto dos valores do Espírito.

Quando se pretende sufocar todas as livres iniciativas dum Povo, quando a Ciência nacional é perseguida e expulsa das Universidades, — e é o Espírito oprimido pela força bruta — importa registar com orgulho a homenagem que, de fora, é rendida à Ciência portuguesa na pessoa do mais ilustre dos filhos vivos desta terra.

Não é, contudo, somente o grande sábio que os democratas transmuntanos vêm saudar; saúdam ainda o homem que se não isola e vive em comum os sofrimentos e os anseios do povo português, e o cidadão que não recusa lutar ao lado do mesmo povo pela restauração das liberdades nacionais nesta hora em que, cada um de nós, como Vossa Excelência justamente proclamou, «se sente prisioneiro dentro de sua própria casa.»

*

Mas, para além destas manifestações nacionais, Egas Moniz recebeu também do estrangeiro honrosas homenagens que, neste ano do seu centenário, julgamos necessário tornar conhecidas.

Entre muitas, merece-nos uma especial atenção a que foi subscrita pelo nosso querido companheiro de trabalho no *Institut du Radium*, em Paris, e que foi o grande e genial Frédéric Joliot-Curie. Trata-se da carta que, em Maio de 1950, este outro Prémio Nobel fez dirigir a Egas Moniz, na sua qualidade de presidente do Comité do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, pedindo-lhe o seu apoio para a campanha internacional, contra os perigos da utilização de armas atómicas. Destacamos o seguinte período:

«O emprego de armas atómicas arrastaria, numa nova guerra, destruições milhares de vezes superiores à da última guerra».

Por esta forma, o nome de Egas Moniz figurou entre os nomes dos maiores cientistas de todo o mundo, num apelo que ficou histórico, solenemente dirigido a toda a humanidade (*).

MÁRIO SILVA

(*) Publicado no jornal *Domingo*, de 18-8-74, pág. 8.

MECHANISMS OF THE ALEXIAS

TABLE OF CONTENTS

Introduction

PART I

1. *The model*
2. *Interpretation of known clinical pictures*

PART II

1. *Preliminary assessment of the model*
2. *Case material and laboratory procedures*
3. *Results*
4. *Discussion*

INTRODUCTION

Alexia is a frequent clinical finding both in its acquired form (in cases of brain lesion due to vascular, neoplastic and traumatic causes) and its developmental variety. There is much controversy concerning the interpretation of alexic syndromes and their relation to aphasia and agnosia and the integration of data from acquired alexia and developmental dyslexia is generally overlooked to the loss of both. This study is an attempt to suggest some physiopathological mechanisms by assessing predictions based on a model of reading function.

PART I

1. **The model**

This model of reading function is part of a larger model of verbal and non-verbal higher nervous function. The model views information as being processed in a categorically organized system in which operators on several levels integrate in a complex fashion that includes direct action and retroaction, plus collateral saltatory feeding of information. Operators are considered to be particular

arrangements of neuronal nets capable of performing a special type of information analysis. The connection of operators is achieved by means of neuronal pathways or of other operators. The goal of the process is the structuring of new, arriving, information in a meaningful way. This is achieved by successive stages of «comprehension» i. e. correlation between incoming information, verbal or non-verbal, and memory of past relevant events which are stored in a non-verbal form. To enter this chain of «comprehension», verbal language input has to be translated (decoded) into «non-language». Verbal and non-verbal processes are considered interdependent by means of a two-way translation system. The first is one in which «verbal» messages are translated into «non-verbal». The second is one in which «non-verbal» processes may be translated (encoded) into verbal output. On the model, decoding takes place in the auditory processing system. The highest level operator of this particular system is organized so as to analyse auditory verbal messages. A given type of verbal, phonemic, morphemic and syntactic configuration will be decoded into signals which will be addressed to a multimodal sensory cortex, evoking material which, in a later phase, will be ultimately structured in a meaningful way.

The past decoding comprehension processes, consist in the organization of meaning for the recipient subject, by correlating the decoded incoming message with the previously stored experience. Again, these are multilevel processes which, among other features, include the «solving» of several problems immanent in the structure of messages.

It is postulated that all verbal messages coming through such non-auditory channels as vision or somesthesis, must find a way of getting to the higher level decoder operator (auditory) and be processed through it, this being particularly true in learning stages, where economic shortcuts are supposedly not yet developed.

With this in mind we postulate the following six levels of processing, for visual reading material.

A — a channelling and progressive analysis of visual information through an upgoing «cascade».

B — an analysis of learned visual pattern units (corresponding to the letters of the alphabet).

C — linkage of analysed visual units to corresponding acoustic phonological units, by means of a learned, paired correspondence.

D — ordering of the analysed and transferred verbal elements of the message, according to the morphological and syntactic structure; «internal address» of transferred message.

E — structuring of the evoked multimodal information resulting from internal address with an emphasis on lexical aspects (this giving way to a first stage of comprehension).

F — further structuring of information with an emphasis on the syntactical problems of the message.

At each stage of the chain, analysed information is integrated in motor programs so that sensory-motor correspondence is obtained in every level. A general regulation of this correspondence is organized at level *F*.

Level *A* is not specific to the reading process; levels *B*, *D*, *E* and *F* are partially specific; level *C* is specific.

The role of learning is almost irrelevant at level *A*, important in levels *B*, *D*, *E* and *F*, and predominant in level *C*.

Several processes occurring in the human nervous system correspond in our view to these levels of the model.

Level *A* parallels the bilateral process taking place in the retina, in sub-cortical way stations of the optical tract (lateral geniculate, superior colliculus), and in structures of Brodman's areas 17, 18, 19 and 37. Normally, sensorimotor integration takes place at several of these stages, enabling the continuing «search» performance necessary for the incoming and modulating of information, through eye and head movement control.

The concept that information is being treated in several stages by different operators is in accordance with what we presently know from the physiology of vision, in particular from the work of Hubel and Wiesel (Hubel, 1971; Hubel and Wiesel, 1960; 1965; 1969).

The *B* level, a process of isolation of learned patterns related to verbal symbols but not meaningful by themselves, also requires sensory-motor integration and mainly calls for an operator dealing with multimodal information (visual, acoustic, kinesthetic, etc.). It is carried, in all probability, in «parietal» structures.

Level *C* corresponds to the pairing of decomposed visual patterns to phonological units and also calls for an intermodal operator placed in a «parietal» structure of the side dominant for language.

Level *D* corresponds to the normal functioning of the higher

level decoder operator, a neurophysiological sector of the auditory association cortex which we may locate in the part of the temporal lobe corresponding to Wernicke's area.

Level *E* corresponds to the structuring of multimodal information evoked from memory stores according to «organizing rules» capable of achieving a first stage of comprehension. This operation is probably very different depending on the nature and complexity of the decoded message. It is postulated that this level is predominantly related to lexical aspects of messages, dealing with syntax in only a moderate way. If the message is long, composed by several meaningful units, and syntactically elaborated, the intervention of another level of «organizing rules» may be necessary. This corresponds to the *F* level of functioning, which permits achievement of higher stages of comprehension. These last stages depend on the intact operation of all the previous ones. The neurophysiological structures capable of performing such a role, correspond to the notion of pre-frontal analysers which would generate both a process of «programming of comprehension» plus the overall, goal-directed, motor control of the whole chain of processes.

We believe that structures in the human frontal granular cortex can perform these operations, which is in keeping with the fact that pre-frontal lesions disrupt functions that may be described by our levels of processes. This does not mean that we are crudely «localizing» these. We are simply postulating that the occurrence of certain types of operation depends on the existence of those frontal analysers.

Information is processed progressively and directly in a chain from level *A* to level *F*. Direct economic shortcuts between levels are postulated, revealing an advanced state of operation and reflecting a maturation of reading behaviour. At the same time, related, collateral information is transmitted in an indirect, non-sequential saltatory form between certain key points of the chain.

The quantitative independence of each of these levels is only relative, but they are qualitatively different. It should be assumed from this model that we regard as extremely improbable the occurrence of totally isolated forms of dysfunction. Disturbance at any level certainly has some bearing upon the operation of previous levels and definitely disorganizes forthcoming stages. Some of those aspects of disorganization are actually processes of

early adaptative reorganization and they produce, in the clinical manifestation, the positive and negative sides of disintegration in the jacksonian sense. In certain levels in particular, dysfunction influences not only higher and lower hierarchies but it also spreads «horizontally» impairing aspects of behaviour of the same level but extraneous to the chain of processes primarily under analysis. This does not deny a relative specificity of the whole set of processes or of some levels in particular. Nor does it deny the possibility of accurate clinical inferences regarding loci of lesions. But it surely detracts from the idea that these structures, functions, and symptoms, are isolated and independent.

2. Interpretation of known clinical pictures

On the basis of this model it is possible to make some interpretations of clinical pictures and clinical predictions concerning the effect of certain brain lesions in the reading comprehension of affected patients.

Thus dysfunction of level A will result usually in deficiencies of a compensable and transient nature given the duplication (bilaterality) of all the operators. A total bilateral dysfunction will affect vision in general and reading will not be primarily affected. The case of combined lesions of the posterior part of the corpus callosum and of the left striate and juxtastriate cortex is only a partial exception to this, for it is actually a case of «almost bilateral» lesions. Alexia resulting from disconnexion syndromes — the syndrome of alexia without agraphia first described by Déjérine (1892) and revived by Geschwind (1962; 1965) is explained as a dysfunction of level A which does not permit the entering of visual input in the chain of verbal and non-verbal processes that result in reading comprehension. The degree of destruction of the pathways that bring together both occipital cortices determines, to a certain extent, the intensity of the alexia. It is frequent to find some residual reading capacity particularly for isolated high frequency words. The reading of digits and musical notes as well as the recognition of colours are also impaired while constructional capacity and verbal operations other than reading may be entirely normal. Reading difficulties associated with simultanagnosia as well as the syndrome of hemialexia can be explained by a dysfunction at this level.

Dysfunction of level *B* will produce disturbances of the analysis of visual patterns in general thereby affecting the analysis of visual-verbal patterns. Constructional praxis tasks, depending as they do on a basic operation of visual pattern analysis, should be markedly impaired in this type of dysfunction. The function of all following levels is disturbed and, by retroaction, level *A* deficiencies may appear, thereby disturbing the treatment of information in the several cortical and subcortical preceding stations. This implies, in turn deficient sensory input as well as deficit in integrated motor activity, i. e. scanning of visual field, depth and light accommodation, head motion, etc.

Cases of alexia with agraphia also first described by Déjérine (1891, 1892) may result from disturbance of level *B* or levels *C* and *D*. The decision about which level is actually affected depends on the presence or absence of constructional apraxia and aphasia. In a case with constructional deficit and no aphasia, a *B* level dysfunction may be inferred. Clinically this corresponds to a patient with marked alexia for all sorts of reading tests, agraphia and constructional apraxia. A slight deficit in visual orientation as well as signs of Gerstmann syndrome may add to this picture. Reading of digits, numbers and musical notes (a different task from the reading of letters and words) may be spared. However in our experience this is generally impaired too. The picture may be associated with an aphasia which may show involvement of levels *D* and *F*. The way we describe the occurrence of all these symptoms, clustering all together or in subgroups or in isolation, is not at all artificial and is indeed close to the reality of vascular cases where lesions may disturb discretely the territory of a given arterial branch while sparing others, therefore producing zones of elective dysfunction.

Level *C* dysfunction may be either primary or dependent on level *B*. When it is a primary dysfunction it may affect level *D* to a variable extent. The importance of this level in the learning of reading is obviously decisive. It is probable that after completion of learning and after considerable training this level of operation will be progressively less used.

Certain cases of developmental dyslexia correspond to this *C* level dysfunction: the impairment of the operations that allow the pairing between visual and acoustic patterns of phonemes.

If the deficit corresponds exclusively to dysfunction of the

D level we should have a case of alexia with aphasia but without constructional apraxia or Gerstmann syndrome. Reading of digits will very likely be far superior to reading of letters and words. From the viewpoint of the model this disturbance affects electively the operation of phonological decodification. This will naturally spare all operations that do not need a sequential phonological analysis (the case of reading of digits and block reading).

Dysfunction at level *E* mainly results from dysfunction of level *D*. But from the viewpoint of the model it is possible for dysfunction to arise from level *E* alone. Clinically this condition will present as a parietal syndrome with a peculiar reading deficit: the subject will be able to read aloud but will not have comprehension of reading.

Alexia which is apparent only in tests that require the reading of syntactically organized material corresponds to dysfunction of level *F*. Clinically this is the alexia that accompanies many cases of Broca's aphasia or that may appear with other left frontal lesions without a frank aphasic syndrome. Reading aloud is often possible but reading comprehension is impaired. Reading of letters, words and structurally simple phrases is generally not a problem.

PART II

1. Preliminary assessment of the model

The validity of this model can be tested by assessing the accuracy of the clinical interpretations based on it. The model should also enable the making of new predictions concerning clinical pictures of reading dysfunction and their underlying physiopathological processes. In this preliminary study we tried to assess the accuracy of the following hypotheses:

I. Since reading requires a process of visual analysis of patterns and this is also required by a constructional praxis task, most patients with constructional apraxia resulting from dominant hemisphere lesions *will have* alexia.

II. If reading results from the function of a chain of different integrated operators, alexia will result from more than one locus of lesion and will either be accompanied by different parallel signs

of nervous dysfunction or else be an isolated sign according to the affected operator. Thus:

a) Alexia will be associated with lesions in several regions of the dominant hemisphere.

b) Alexias may be accompanied by (i) constructional apraxia without aphasia (dysfunction at level *B*), (ii) aphasia alone (dysfunction at level *C*), or (iii) constructional apraxia and aphasia (dysfunction at levels *B*, *C* and *D*), the three varieties being probable.

c) Alexia may occur in the absence of both constructional apraxia and aphasia, but this will be less frequent than the preceding combinations (dysfunction at level *C*).

2. Case material and laboratory procedures

A group of 89 patients with focal lesions of the left hemisphere, all of whom had good reading capacity before the onset of disease, were selected for study. Reading capacity was judged according to information on (*a*) how the family and the patient rated their reading ability, (*b*) reading habits, (*c*) role of reading in his occupation. Previous dyslexia was excluded on the basis of this information. Mean number of school years completed was 5. No patient with less than 4 years of schooling was admitted to the study. Mean age of the group was 50 years. Ages ranged from 21 to 74. The group consisted of 61 vascular patients, 26 patients with space-occupying lesions and 2 patients with penetrating brain wounds. All patients were studied in the Language Research Laboratory under standard conditions. All patients were quite alert and cooperative.

The patients were subgrouped according to three criteria:

- a)* presence of constructional apraxia;
- b)* presence of alexia;
- c)* presence of aphasia.

Constructional apraxia was tested with the Three Dimensional Constructional Praxis Test of Benton (1968). There were two criteria for classifying patients as apraxic: (1) presence of any error of (*a*) omission, (*b*) substitution or (*c*) addition of blocks, and/or (2) exceeding the total time limite for the task (380 seconds for the three models). Patients who did not spend overtime and did not make the type of errors mentioned above were considered

non-apraxis even if there were deficiencies in the setting of the blocks (rotations and angle deviations).

All patients impaired in the three-dimensional task were then given tests for two-dimensional tasks (drawing from copy of cube, house, flower). They were finally considered as constructional apraxics if they showed impairment in these tasks as well.

Alexia was screened by means of standardized reading tests for:

- A. individual letters of the alphabet;
- B. Portuguese words of several ranks of frequency and length presented in typed, printed and manuscript cards;
- C. phrases of various degrees of complexity and length;
- D. text (a 10 line piece of newspaper news; an abstract of a scientific paper of similar length).

Tactile reading was also assessed. In cases where aphasia made testing difficult, visual multiple choice form of the tests were employed.

Alexia, considered as a disturbance of *reading comprehension*, was defined as impairment in any of the sets of tests above, and classified, as Type I, when impairment was evident in sets A and B, or as Type II, in which sets A and B were performed adequately and impairment appeared in sets C or D (Damasio et al, 1972).

Aphasia was screened by means of:

- a) speech analysis (syntactical structure, lexical adequacy, fluency and articulation);
- b) auditory comprehension testing (Token Test);
- c) naming and repetition tasks (naming of objects and pictures; repetition of digits, numbers, words and phrases) and classified as Wernicke's Broca's or Conduction.

The examination and diagnosis of patients and their grouping according to the deficits, was conducted by different investigators in the fashion of a blind trial. Regarding localization, lesions were classified as «anterior» or «posterior» depending on the position on two quadrants defined by the Rolandic fissure and a line prolonging it downwards. In this context an anterior temporal lesion is classified as «anterior» (pre-rolandic) and a posterior temporal lesion as «posterior» (post-rolandic). Thus «anterior» is not necessarily «frontal» even if all of the «anterior» cases in the study proved to have frontal lobe lesions.

3. Results

1. a) 45 subjects showed constructional apraxia;
b) 72 subjects showed alexia;
c) 66 subjects showed aphasia.

2. The 45 subjects with constructional apraxia were then screened for alexia, which was found to be present in 39 cases (87 per cent).

(This association between alexia and constructional apraxia within a group of constructional apraxics agrees with the predictions of the model. It is interesting to note that this association is not usually stressed in the literature of alexia (for a general reference see Benson and Geschwind, 1970). We suggest that this association may depend upon the degree of previous reading capacity of the patient, i. e. the degree of block reading, eliminating the level of detailed visual pattern analysis.

3. The 72 subjects with alexia were then screened for constructional apraxia and aphasia. The results were as follows.

- (i) Number of subjects with alexia alone = 5 (7 per cent);
- (ii) Number of subjects with alexia and constructional apraxia but without aphasia = 6 (8 per cent);
- (iii) Number of subjects with alexia and aphasia but without constructional apraxia = 28 (39 per cent);
- (iv) Number of subjects with alexia, aphasia and constructional apraxia = 33 (46 per cent).

As expected, the occurrence of isolated acquired alexia was far less frequent than in combination with other types of dysfunction. Alexia with constructional apraxia also occurred and supports the hypothesis of a separation between the levels *B* and *C* on the one hand and *D* on the other. The probability of different neurophysiological operators being involved here gains support from this finding. The reverse combination, i. e., alexia and aphasia without

constructional apraxia is yet another argument for this contention. Alexia in conjunction with aphasia and constructional apraxia was frequent, corresponding to a more severe dysfunction and probably a more extensive lesion.

4. The 39 cases of alexia within the constructional apraxia group were then studied with respect to lesional localization. It was found that 17 corresponded to left anterior lesions while 17 corresponded to left posterior lesions. In 5 cases the lesion involved both quadrants. This is a relevant point for it underlines the fact that both constructional apraxia and alexia probably occur with frontal lesions of the dominant hemisphere probably as frequently as with temporal-parietal lesions, although frontal alexia and constructional apraxia may be qualitatively different from their parietal counterparts. They also favour the view that a number of integrated stages of verbal and non-verbal processing are necessary to accomplish reading performance.

5. The same analysis was made of all 72 cases of alexia, with the finding that 40 corresponded to anterior lesions and 25 to posterior lesions. In 7 cases the lesion involved both quadrants. Thus, if we consider the whole group of the alexias, instead of the subgroup with constructional apraxia alone, we still find a comparable pre-and post-rolandic distribution in regard to locus of lesion. These results suggest that: (1) the type of dysfunction which primarily causes constructional apraxia in the dominant hemisphere may also cause alexia and that; (2) alexia may occur in the absence of constructional apraxia, in which case it is most probably associated with aphasia.

4. Discussion

Several aspects of this study deserve comment. The results concerning constructional apraxia show it to be linked not only to parietal lesions but also to frontal lesions, Broca's aphasia and Typé II alexia. Thus constructional deficit can not be considered to be an exclusively parietal sign. Much more than «parietal» function is usually needed to perform a constructional task, i. e., the integration of the analysis of visual patterns in a visually oriented project and the programming of fine motor sequences

carried under visual guidance. But even if constructional praxis is considered as a multilevel operation and constructional apraxia as a deficit arising from several possible levels of disintegration (i. e., loci of lesion), the characteristics of manifestation of deficit will still permit the diagnosis of which stage or structure has been actually involved. We believe that the pattern of constructional deficit associated with left parietal lesions is definitely different from the one deriving from left frontal pathology. Using the Benton three dimensional praxis test, we have been able to demonstrate in a large series of left-hemisphere patients that these different patterns correspond to different types of error and markedly different times of performance and distributions of final numerical scores (Damásio, 1973, Damásio et al, 1974).

The circumstance that a very large number of cases of constructional apraxia was found in association with left hemisphere lesions should not obscure the fact that right hemisphere lesions produce constructional apraxia at least as frequently (Benton, 1969). However right hemisphere constructional apraxia is never associated with alexia although some peculiar reading difficulties may arise in connection with right hemisphere posterior lesions (Kinsbourne and Warrington, 1962 a, b). Moreover we believe that the left frontal and left parietal form of constructional apraxia are qualitatively different from that seen in patients with right hemisphere lesions (Damásio, 1973).

With respect to the problem of developmental dyslexia, we think that this model may help in the interpretation of some cases, particularly those in which psychogenetic and sociogenetic causes have been ruled out. Certain neuro-ophthalmologic defects corresponding to level A might disturb the whole system during the learning period. But the type of dysfunction which in all probability produces most of the cases of dyslexia corresponds to the disturbance of level C of the model. As can be seen from our results, isolated dysfunction of that level may actually occur even in cases of acquired alexia. But it is obvious that for a lesion to produce this isolated disturbance it must be small and strategically located and therefore infrequent. Most of the cases with symptoms corresponding to our isolated C level correspond to situations of developmental dyslexia which accords with the fact that they represent dysfunction rather than a structural lesion. This dysfunction is probably related to delayed maturation of cortical

structures that condition deficiencies in visuo-phonological learning. With our model in mind, we studied 8 cases of youngsters aged between 9 and 13 with reading deficits which could be described as level C dysfunction. Two of the cases also had mild aphasic symptoms and three had calculation deficits. Three cases had focal dysrhythmic E. E. G. activity in the temporo-parietal region. The connection between these signs and our model, and between both and the morphology of the nervous system points to neurophysiological structures, on which these processes partially depend, located in cortical areas of late myelinization (the so called terminal zones such as those constituting the temporo-parietal junction and part of the midparietal region). Apart from alexia and acalculia, right-left disorientation, finger agnosia and agraphia may also be characteristic of this lag. It seems tenable that they denote a delay in maturity of structures that both phylogenetically and ontogenetically are recent and that may be crucial, particularly in learning stages, for the performance of processes on which the decodification of the phonemic and morphemic aspects of language depend.

Another interesting point concerns the circumstance that permits the verbal or numerical representation of digits to be understood, named and repeated more easily than other types of symbolic material. The basic reason for this phenomenon is the redundant representation of digits in the nervous system in their visual, auditory and kinesthetic forms in a double form of register: phonological and ideographical. The way in which digits and other decimal base numeral are learned is relevant here. The child generally learns to count with his fingers, thus giving strong proprioceptive reinforcement to the auditory and visual memories that serve as the usual bases for the learning of verbal symbols. A motor reinforcement is then added from the manipulation of sequences of objects or of numerable events. In short, digits impregnate the system and therefore resist the effects of focal lesions that usually impair operations with other symbols.

We have found that reading of digits is manifestly preserved in cases where visuo-phonematic decodification is impaired. This preserved capacity is indeed a form of *global reading* that obviously does not call for phonological operators: the information enters the system via a purely visual decodification. One can say that there is a short-circuit around the phonological analyser which

permits the establishing of relations between *a*) a visual symbolic pattern, and *b*) the word that represents it.

In the reading of languages with both an ideographic and a phonological representation (as is the case in some oriental languages) a similar mechanism may explain why lesions that produce alexia for phonological representations do not produce alexia for ideographical ones. Sasanuma (1972; Sasanuma and Fujimura, 1972) has shown that Japanese patients, trained both in the phonological (*Hiragana and Katakana*) and the ideographical (*Kanji*) representations of their language, are selectively affected for the phonological representation (with alexia and agraphia) after lesions that usually produce alexia and agraphia in western languages, while their capacity to write and read is maintained for the ideographical representation.

This system of global, block reading may also function for familiar words or overlearned phrases. It is well known that certain high frequency words or colloquial expressions may be read in a global fashion by alexic patients when presented in isolation. In all probability this is the result of overlearning and overtraining. Both degree of schooling and reading habits are the main factors that lead to shortcutting around phonological analysis. The improvement of reading performance in normal subjects probably parallels the amount of block reading. In terms of our model, this may be interpreted as a shortcut from the *B* level to the *E* level with corresponding simplification of the process. An important finding which clearly supports this idea is the fact that *alexia patients capable of some global reading are incapable of reading letters individually*: the process moves from *B* to *E*, enabling block performance for a wide spectrum of frequent and well learned words, but the phonematic, isolated reading of letters depending on levels *C* and *D* is still impaired.

These aspects of the theory may have some bearing on the problem of how to teach reading to children particularly when we think of the alarming and increasing number of dyslexics. Some authors have wisely called attention to them (Rozin et al, 1971; Geschwind, 1971).

The degree of schooling may be very relevant to the picture of alexia. In fact it is probable that advancement in reading capability allows more block reading and dispenses, progressively, a detailed analysis of visual patterns which would be left for new

material only. The sample of patients in this study had a mean of five years education. We wonder how much this low level of schooling, implying a reading process that uses all levels of the model, plays a role in the high correlation found between alexia and constructional apraxia.

We may conclude by saying that the mechanisms we propose do not reject some well established clinical morphological correspondences of high semiological value. But reading is a very new process which has somewhat less functional specificity than the process of aural communication. Therefore alexic syndromes are less clearcut than aphasic syndromes and clinical localization of compatible lesions should be even more careful. Indeed we view some of these results as a means for a more precise semiology.

ANTÓNIO ROSA DAMÁSIO and ALEXANDRE CASTRO-CALDAS

Language Research Laboratory, Centro de Estudos Egas Moniz,
Lisbon, Portugal (*)

SUMMARY

A neurological model of the processes underlying reading behaviour is used to interpret dyslexic syndromes of both the acquired and developmental types. Disturbances in reading are viewed as resulting from dysfunction in any of six progressively integrated levels of information processing that interact successively and collaterally. The levels correspond to the activity of relatively specific neurophysiological system whose isolated dysfunction is, however, considered improbable.

A set of predictions was drawn from the model and used to test its validity in a preliminary study. The findings tended to support the predictions. The use of this model may result in the

(*) This research was completed in 1973, and subsidized by a grant from Gulbenkian Foundation (Serviço de Ciência) to the Language Research Laboratory, Centro de Estudos Egas Moniz.

Dr. Damásio is Chief of Language Research Laboratory and Professor of Neurology, Lisbon Faculty of Medicine. Dr. Castro-Caldas is an investigator at the Language Research Laboratory.

integration of seemingly disparate data and theories on reading disabilities. It may also be relevant to the understanding of some higher nervous system processes and to the adequate use of alexic signs in clinical neurology.

SUMÁRIO

É utilizado um modelo neurológico dos processamentos responsáveis pela capacidade de leitura, para interpretar os síndromas disléxicos adquiridos e os de desenvolvimento. Consideram-se as perturbações de leitura como resultado da disfunção de qualquer de seis níveis de processamento de informação, progressivamente integrados, que interagem sucessiva e colateralmente. Cada nível corresponde à actividade de sistemas neurofisiológicos, relativamente específicos, cuja disfunção isolada é, contudo, considerada improvável.

Para avaliar a validade do modelo formula-se, a partir dele, um conjunto de predicções. Os resultados obtidos num estudo preliminar apoiam as predicções. O interesse deste modelo é a integração de resultados e teorias, sobre perturbações de leitura, aparentemente contraditórias. Pode também contribuir para a compreensão de alguns processamentos do sistema nervoso central e para a utilização dos sinais de alexia, na neurologia clínica.

REFERENCES

- BENSON, F., and GESCHWIND, N. (1970) — *The alexias*, in «Handbook of Clinical Neurology» Edited by P. J. Vinken and G. W. Bruyn, vol. 4, pp. 112-140, North-Holland, Amsterdam.
- BENTON, A. L. (1968) — *La praxie constructive tri-dimensionnelle*, «Rev. Psychol. Appl.», 18, 63-80.
- (1969) — *Constructional apraxia: some unanswered questions*, in «Contributions to Clinical Neuropsychology» Edited by A. L. Benton, pp. 129-141, Aldine, Chicago.
- DAMÁSIO, A. R. (1973) — *Neurologia da Linguagem*, Lisbon: Buchholz.
- , CASTRO-CALDAS, A., and CALHAU, E. S. (1972) — *Fisiopatologia das alexias adquiridas*, «Soc. Port. Neurol. Psiquiat. Lisbon».
- , —, GROSSO, J. T., and FERRO, J. M. (1974) — In preparation.
- DÉJÉRINE, J. (1891) — *Sur un cas de cécité verbale avec agraphie, suivie d'autopsie*, «Mém. Soc. Biol.», 3, 197-201.
- (1892) — *Contribution à l'étude anatomo-clinique et clinique des différentes variétés de cécité verbale*, «Mém. Soc. Biol.», 4, 61-90.
- GESCHWIND, N. (1962) — *The anatomy of acquired disorders of reading*, in «Reading Disability» Edited by J. Money, pp. 115-129, Johns Hopkins Press, Baltimore.
- (1965) — *Disconnexion syndromes in animals and man*. *Brain*, 88, 237-294.
- (1971) — *Dyslexia*, «Science», 173, 190.
- HUBEL, D. H. (1971) — *Specificity of responses of cells in the visual cortex*, «J. Psychiat. Res.», 8, 301-307.
- and WIESEL, T. N. (1960) — *Receptive fields of optic nerve fibres in the spider monkey*, «J. Physiol.», 154, 572-580.
- , — (1965) — *Receptive fields and functional architecture in two non-striate visual areas (18 and 19) of the cat*, «J. Neurophysiol.», 28, 229-289.
- , — (1969) — *Anatomical demonstration of columns in the monkey striate cortex*, «Nature», 221, 747-750.
- KINSBOURNE, M., and WARRINGTON, E. K. (1962 a) — *A disorder of simultaneous form perception*. *Brain*, 85, 461-486.
- , — (1962 b) — *A variety of reading disability associated with right hemisphere lesions*, «J. Neurol. Neurosurg. Psychiat.», 25, 339-344.
- ROZIN, R., PORITSKY, R., and SOTSKY, M. (1971) — *American children with reading problems can easily learn to read English represented by chinese characters*, «Science», 172, 1264.
- SASANUMA, S. (1972) — *Kanji versus kana processings in alexia and agraphia: a preliminary case report*. Research Inst. of Logopedics and Phoniatrics, University of Tokyo «Annual Bulletin», 6, 89-92.
- and FUJIMURA, O. (1972) — *An analysis of writing errors in japonese patients: kanji versus kana words*, «Cortex», 8, 265-882.

EGAS MONIZ:

ANÁLISE HISTÓRICA DA SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PSIQUIATRIA (1)

POR

ADRIANO SUPARDO VAZ SERRA

Professor Extraordinário de Psiquiatria da F. M. C.
Director dos Serviços de Psiquiatria dos H. U. C.

António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, nasceu em Avanca, às 3 horas da manhã do dia 29 de Novembro de 1874, faz agora precisamente um século.

Figura insigne de português, a sua vida haveria de distribuir-se pelas mais diversas actividades, em todas revelando igual brilhantismo, como cientista, investigador, literato, político, orador, professor ou clínico. A grande multiplicidade destas facetas torna difícil a sua crítica mesmo que sobre cada uma nos debruçemos por curtos períodos de tempo.

Pessoalmente não pertencemos à sua geração. Delle apenas nos é possível rever o que a seu respeito disseram contemporâneos, discípulos e amigos. Entre estes, António Flores descreve-o como «espírito positivo, contrário a complexas teorizações, imaginação inventiva, contida dentro dos limites do realizável, poder de observação dos factos, intuição perspicaz das suas consequências, força de vontade inquebrantável, capacidade de trabalho para a servir, optimismo sobranceiro às vicissitudes». Barahona Fernandes, entre outros factos, relembra que, nas aulas de Neurologia dadas por Egas Moniz, os alunos se acotevelavam para o ouvir. Almeida Lima, seu discípulo e sucessor na Cadeira de Neurologia, descreve-o como «o homem bom, amigo sincero e simples que se alegrava com os triunfos dos amigos e se entristecia, talvez mais do que os próprios, com as suas derrotas».

(1) Palestra proferida no dia 27-11-74, no Teatro da Faculdade de Letras, na comemoração do centenário do nascimento de Egas Moniz, promovida pela Faculdade de Medicina de Coimbra.

Cientista festejado e honrado em numerosíssimas ocasiões e pelas mais variadas entidades do nosso País e do estrangeiro, não é esta a primeira vez que é homenageado em Coimbra. Na realidade já a própria Academia de Coimbra o fez, em 1950, pouco depois da sua jubilação, como professor universitário.

Embora a maior parte da sua vida tivesse decorrido em Lisboa, não podemos esquecer que o nome de Egas Moniz se encontra ligado a Coimbra por duas circunstâncias.

A primeira é que foi nesta Faculdade de Medicina que se licenciou.

A segunda, a de que, em 1901, se doutorou em Medicina pela Universidade de Coimbra, tendo sido então proposto para Professor Substituto de Anatomia cargo que, de facto, nunca veio a desempenhar.

A sua preparação como Neurologista foi efectuada em França, tendo contactado em Bordéus com Abadis e Pitres e, mais tarde, em Paris, com grandes nomes de então entre os quais se apontam os de Pierre Marie, Babinski, Déjerine, Raymond e Sicard.

Em 1911, tendo sido criada pela primeira vez a Cadeira de Neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, foi convidado para a reger, tendo desempenhado o lugar de Professor de Neurologia daquela Faculdade de Medicina até à data da sua jubilação. Aqui se viria a desenvolver com extraordinária projecção a sua actividade de professor e de investigador de mérito invulgar.

Dentro da sua obra científica distinguem-se mais de 300 artigos e diversas monografias.

Duas descobertas porém, se lhe ficam devendo, uma das quais lhe veio a granjear o Prémio Nobel da Medicina: a primeira, a *angiografia cerebral* e, a segunda, que lhe mereceu o Prémio, a *leucotomia pré-frontal*.

A importância da *angiografia cerebral* é reconhecida universalmente em todo o mundo médico. Apoiada em acurada experimentação viria a revelar-se processo inestimável de visualização dos vasos cerebrais. Tendo os primeiros resultados sido apresentados em 1927, para além da surpresa dos primeiros momentos bem depressa em toda a parte o seu alcance excepcional viria a ser reconhecido.

É que, a partir de então, se passava a dispor de uma técnica susceptível de contribuir poderosamente para o diagnóstico topográfico dos tumores cerebrais, ajudando ainda a reconhecer alguns

dos tipos destas lesões, preciosa mais no reconhecimento de aneurismas artério-venosos, ou de tromboses da carótida e outras situações em que a anatomia e a fisiologia vascular estão comprometidas.

Porque esta técnica ultrapassava qualquer outra nos estudos relativos à circulação cerebral, viria a ser ponto de partida para uma imensa investigação em inúmeros problemas de anatomia e fisiologia circulatória cerebral.

Os seus méritos haveriam de ser reconhecidos publicamente em toda a parte. Em 1945 foi concedido ao seu autor o «Prémio da Faculdade de Medicina de Oslo», distinguindo com justiça os seus trabalhos sobre angiografia cerebral.

O outro grande acontecimento da obra científica de Egas Moniz foi, conforme apontámos, a *leucotomia pré-frontal*. Tendo iniciado em 1933 a debruçar-se sobre a possível intervenção sobre o lobo anterior do encéfalo das pessoas mentalmente perturbadas, as suas ideias começaram progressivamente a tomar uma forma concreta que, mais tarde, veio a realizar-se. Em 1936 publicou em Paris uma monografia relativa aos primeiros 20 casos operados: «Tentatives opératoires dans le traitement de certaines psychoses». A leucotomia pré-frontal começou a ser conhecida desde então e a ter largas repercussões em todo o mundo, tão grandes repercussões que viriam a justificar ao autor a atribuição do «Prémio Nobel da Medicina» em 1949.

Quando apresentou os resultados sobre a angiografia cerebral tinha 53 anos. Os seus primeiros resultados sobre a leucotomia pré-frontal foram publicados aos 63 anos. Por aqui se vê quanto a idade não era obstáculo ao avanço do seu labor e investigação.

Na Península Ibérica apenas outro cientista — Ramon y Cajal — foi laureado com o «Prémio Nobel».

O prémio atribuído a Egas Moniz foi o segundo a ser entregue a autores que se distinguiram por trabalhos relativos à Psiquiatria. O primeiro foi concedido a Julius Wagner Ritter Von Jauregg, em 1923, pelos seus trabalhos referentes ao tratamento dos paralíticos gerais pela malária.

Numa perspectiva actual somos levados a não fazer referência às dificuldades havidas com a realização da sua obra, ao rigor e genialidade das suas investigações. Outros autores que com ele conviveram têm do facto dado largo conhecimento.

Contudo, apetece-nos recuar um pouco no tempo, para assim exaltarmos adequadamente a importância dos seus trabalhos, no caso particular que à Psiquiatria diz respeito, isto é, à leucotomia pré-frontal.

Na altura em que ela foi idealizada o panorama da Psiquiatria era diferente do actual.

A *doença mental* sempre teve em todos os tempos um espectro assustador. Na Idade Média e na Renascença não raro eram os loucos considerados como possessos do demónio e, como tal, lançados à fogueira. Mesmo em fins do século XVI os doentes mentais eram lançados para masmorras com as piores condições de salubridade e, em dias solenes, era permitido que ficassem em exposição perante a curiosidade e o recreamento público.

Recordemos que a Psiquiatria só começou a conhecer uma fase humanitária a partir dos fins do século XVIII quando, em 1793, Philippe Pinel ordenou a remoção das cadeias dos doentes mentais então albergados no Asilo de Bicêtre. Contemporaneamente iguais reformas de tipo humanitário haviam sido instituídas por Vincenzo Chiarugi, no Asilo Bonifácio, em Itália. Joseph Guislain, na Bélgica e William Tuke, na Inglaterra, foram nomes que igualmente ficaram ligados a movimentos contra a desumanidade com que os doentes mentais eram tratados.

Estava-se então em fins do século XVIII. Época de intensa obscuridade para a Psiquiatria, teve não obstante o condão de trazer com ela nítido progresso no meio de contactar com os doentes do seu foro. Autores como os nomeados tiveram a coragem e a influência suficientes para modificarem a forma de abordagem destes doentes, fazendo com que deixassem de ser considerados meros objectos para espectáculo, para serem verdadeiramente tratados como seres humanos.

A criação de hospitais para doentes psíquicos trouxe consigo a vantagem destes enfermos ficarem reunidos em locais próprios. Historicamente uma tal circunstância foi feliz. Permitiu ir-se observando progressivamente o comportamento destes indivíduos, estabeleceram-se as primeiras identificações e sistematizações dos respectivos quadros mórbidos, indo, afinal, desbravando todo o terreno árido do conhecimento, etiologia e classificação.

Mesmo no início do presente século, em relação às perturbações mentais, estava-se ainda bem longe de qualquer esperança terapêutica. Na época em que Egas Moniz desenvolveu os seus trabalhos

que mais tarde lhe haveriam de trazer uma merecida glória, o doente mental era olhado com extrema suspeita e, a seu respeito, havia toda uma perspectiva de desânimo e fraca esperança terapêutica.

Em 1925 e 1926, Luís Cebola, então director da Casa de Saúde do Telhal, deu duas entrevistas respeitantes a problemas de assistência psiquiátrica, entrevistas essas que, mais tarde, foram publicadas sob a forma de livro, em 1931, sob o título de «Psiquiatria Social». Apontava este autor que, no Portugal de então, existiam pelo menos 10 000 alienados e, comentava tristemente: «O pior é que desses 10 000 só 2 000 estão internados». «Os outros 8 000 vagueiam por aí, rotos e esfaimados, pelos campos ou pelas ruas da cidade, ostentando os seus delírios e sujeitando a família e os estranhos a toda a sorte de insultos e de agressões». «Um dia, acrescenta Luís Cebola, assisti casualmente no governo civil de Lisboa ao interrogatório de um homem que fora detido. Ouvi, com tristeza, a história miserável das suas 43 prisões. Esse homem, que não era senão um louco moral, estava ali a documentar o atraso, a ignorância, o desleixo e a vileza da nossa sociedade fútil e pretençiosa».

Ainda Luís Cebola, permitiu-se estabelecer os seguintes comentários:

«Em Portugal, todos o sabem, porque todos podem constatar-lo, não há nada, absolutamente nada que possa classificar-se de realização séria, de prática proveitosa em benefício dos pobres doidos que por aí abundam».

«Em Lisboa é enorme e confrangedora a quantidade de loucos que vagueiam pela cidade no estado perigoso de intensos delírios alucinatórios; fora de Lisboa acontece o mesmo, só restando aos desgraçados o recurso da mendicidade ou a libertação pela morte na inclemência das enxovias, quando o abandono não se transforma em perseguição e as pessoas ignorantes ou más os apupam ou os correm à pedrada».

É inegável que era muito preciso todo o movimento humanitário iniciado por Pinel e Chiarugi. Mas igualmente se torna incontestável que o avanço da Psiquiatria era de uma lentidão assustadora. Testemunhos como os apontados revelam bem quanto, na época de Egas Moniz, pouco mais se podia fazer do que aguardar. O doente mental ainda pouco tinha melhorado a sua situação social. A sua possibilidade de cura era duvidosa. Mais do que nunca era

considerado como uma situação de estigma social, perante a qual poucos recursos havia a pensar.

Júlio de Matos, um dos grandes alienistas portugueses do início do presente século, destaca-se como outro testemunho que pode ser meditado.

No seu livro *Elementos de Psychiatria* queixa-se, a páginas 190 da obra: «Em Portugal, a falta de manicómios em número suficiente é ainda uma das causas das admissões inoportunas ou tardias. Sempre cheios, os manicómios de Lisboa e Porto não podem abrir as suas portas a quantos lhes pedem tratamento; e assim, os doentes esperam semanas, meses e às vezes anos um lugar, que só vêm a conseguir nas... secções de incuráveis».

Quando, no seu livro, tenta abordar os aspectos da terapêutica ficamos nitidamente desanimados com a pobreza dos recursos... sobretudo quando a comparamos com a esperança das palavras que o autor põe no comentário de cada um dos processos.

Verificamos quanto o *isolamento* do doente era recomendado, pretendendo com esta medida retirá-lo do meio familiar, apontando-se então quanto isso por vezes se tornava benéfico.

Entre as terapêuticas apontadas têm larga indicação os métodos físicos, referindo o autor:

«Os banhos frios, de imersão, durando alguns minutos, têm sido empregados com êxito na *mania aguda*, na *melancolia ansiosa*, no *alcoolismo* e no *delírio agudo*».

«Os *banhos sinapisados* são por vezes de uma grande eficácia na *melancolia estúpida*».

E o mesmo autor vai enumerando os mais variados métodos, entre os quais os banhos sulfurosos, os tépidos ou frios, os duches escoceses, o enfaixamento, a massagem ou o aleotramento.

Nessa época os mais variados artifícios da imaginação tentavam suprir as dificuldades sentidas na forma de tratamento dos doentes mentais.

Compreendemos bem, se contemplarmos testemunhos da época, quanto se tornava urgente e a todos os títulos necessário, a existência de outros meios terapêuticos, não a título meramente paliativo, mas realmente eficazes, susceptíveis de modificarem de forma persistente e duradoira um comportamento perturbado de um doente mental

Possibilidades de intervenção haviam aparecido já.

Entre elas destaca-se, conforme já assinalámos, a malarioterá-

pia, pela qual Julius Wagner von Jauregg, veio a receber o Prémio Nobel da Medicina.

Jacob Klaesi, havia introduzido, em 1922, as curas de sono em Psiquiatria que, embora não isentas de riscos, se haviam revelado úteis no tratamento de certos tipos de perturbações mentais.

Só mais tarde a história estaria para assistir ao introduzir do «Choque Insulínico», em 1933, por Manfred Sakel, ao uso do Cardiazol para induzir convulsões, por Von Meduna, em 1934 e o aparecimento do «Electro-Choque», em 1938, desenvolvido por dois italianos — Cerletti e Bini.

Compreendemos por isso, mais uma vez se torna imperioso assinalar, a necessidade de novos meios terapêuticos em Psiquiatria.

Conforme testemunho do próprio Egas Moniz, «a ideia da intervenção operatória como tratamento de algumas formas de alienação mental não surgiu de repente». O autor dedicou-lhe, desde 1933 em diante, muito da sua reflexão.

Para além de todas as dificuldades de ordem técnica e prática levantadas a seu respeito, vinham juntar-se outras, de considerável peso, relativas ao espírito que formava a grande maioria dos psiquiatras da época.

Tal como Egas Moniz o descreveu «A Psiquiatria reflectia em Portugal, nessa época, a influência da escola alemã, onde iam trabalhar os futuros especialistas, e ali os grandes Mestres, pelo menos os mais afamados, não sentiam grande atracção pela interpretação neuro-organicista das perturbações mentais».

«De uma maneira geral, queixou-se Egas Moniz, nem no nosso meio, nem naqueles países que nos serviam de mentores, tinham grande cotação as ideias organicistas exclusivas. Os psiquiatras deixavam-se dominar por concepções mais de ordem filosófica do que médica, nos domínios da psicologia».

Por isso também não é de estranhar que Egas Moniz refira que «A destruição de conexões celulares do cérebro dos alienados de sorte a alterar as correntes que as atravessam, arrançando-lhe novos rumos, foi a primeira concepção que, por ser fundamentalmente organicista, não era bem aceite pelos que se embrenhavam nos meandros da dialéctica da psicopatologia mais ou menos a roçar pela metafísica».

No entanto as suas ideias foram-se desenvolvendo e tomando corpo progressivamente mais definido.

Sofreu influência dos trabalhos de Ramon y Cajal, que desciam ao pormenor do estudo do neurónio, que demonstravam a maneira pela qual as células nervosas estabeleciam contacto.

No seu livro *Confidências de um investigador científico* revela-nos a importância que para ele teve e como conhecia bem a obra de Pavlov. A maneira como se formam os reflexos condicionados, as diversas leis que os regulam, a existência dos fenómenos de excitação e inibição tudo, a seu ver, vinham mais uma vez realçar a importância das ligações sinápticas, constituindo, afinal, outros tantos apoios teóricos onde viria a basear a razão da leucotomia.

«Na vida quotidiana há factos, salientou Egas Moniz, que nos mostram como facilmente se alteram as conexões fibrilho-celulares, o que se pode verificar na execução de actos que passaram a ser automáticos e que, num certo momento, se corrigem e modificam, acabando por se executar de outra maneira e, com a mesma facilidade, criando novo automatismo».

«Num campo mais vasto, assinala o Mestre, sabemos como as concepções e conclusões doutrinárias, ou outras, se alteram e modificam no decorrer dos estudos com a experiência e a observação dos factos. Por vezes, porém, as ideias voltejam no mesmo circuito, por tempo mais ou menos longo. Os grandes cataclismos morais e materiais, as fortes perturbações afectivas fazem com que certo número de células nervosas estabeleçam um circuito sináptico mais ou menos fixo, talvez por adesividade, que permanece em acção, mesmo quando outros estímulos procuram interferir. A vida psíquica anda então em torno daquela dominante, produz-se no mesmo sector, não desfere voos, não consegue emigrar».

«E assim, insensivelmente, caímos na apreciação de certas psicoses em que as ideias melancólicas, delirantes, obsessivas, etc., constituem toda a vida psíquica do doente». E então, acrescenta Egas Moniz, «*Alterar directamente as vias de comunicação dos arranjos sinápticos determinantes dessas perturbações psíquicas levou-me à concepção da leucotomia pré-frontal*».

Que razões levaram Egas Moniz a tentar intervir sobre o lobo frontal, mais especificamente a área pré-frontal, e não noutra região qualquer?

Diversos motivos o decidiram entre os quais, naturalmente, todos aqueles que apontavam para a importância que este lobo parece desempenhar em relação à vida psíquica, nomeadamente:

— A importância que atinge no homem e nos mamíferos supe-

riores, em que alcança um desenvolvimento superior ao de qualquer outro elemento da escala dos seres vivos.

— As alterações da vida psíquica que haviam sido registadas em casos de traumatismos, abcessos e outras lesões destes lobos.

— A diferenciação da sua cito-arquitectura, em confronto com as áreas vizinhas.

— O grande número de fibras de ligação que directa ou indirectamente aí chegam.

— Toda a experiência clínica que pôde ser acumulada na guerra de 1914/18, em que a literatura se tornou abundante na descrição das perturbações mentais ocorridas nos casos de lesão dos lobos frontais.

Mais tarde, a experimentação de alguns cientistas, haveria de trazer mais elementos tradutores da importância dos lobos frontais. Entre estes o próprio Egas Moniz aponta os trabalhos de Fulton e Jacobson que, nas suas investigações, utilizaram chimpanzés previamente educados.

Promovendo, nestes animais, a excisão unilateral de áreas frontais anteriores, não produziram modificações apreciáveis. Contudo, se a extirpação fosse bilateral, registavam-se sempre alterações do comportamento do animal. Quando executadas lesões extensas, deixava de ser possível reeducar o chimpanzé.

Tendo realizado mutilações semelhantes nos lobos parietal e temporal, não detectaram fenómenos iguais, factos estes que levaram os autores a concluir da inegável importância dos lobos frontais em relação com as funções superiores.

A intervenção cirúrgica architectada por Egas Moniz não foi de modo algum uma obra de improviso, trazida por qualquer inspiração ocasional. Teve a antecedê-la largo tempo de meditação e foi sendo repetidas vezes exposta por este cientista a Mestres de nomeada da época, entre os quais se apontam Sobral Cid e Cancela de Abreu, igualmente do facto dando conhecimento a Almeida Lima, o qual viria a ser o executor da realização prática das suas ideias.

A grande maioria dos doentes inicialmente recebidos sobre os quais foi aplicada a técnica da leucotomia provieram, na sua maior parte, do então Manicómio Bombarda, sendo seu director e professor de psiquiatria, Sobral Cid.

Inicialmente os enfermos eram leucotomizados através da

alcoolização do centro oval do lobo pré-frontal. Mais tarde foi construído um pequeno aparelho, a que foi posto o nome de *leucotomo cerebral*.

Consistia numa pequena cânula de metal com cerca de 11 cm de comprimento e 2 mm de diâmetro. Uma das extremidades era fechada e a outra aberta, por onde podia entrar a peça de comando. Junto à extremidade fechada situava-se uma pequena janela pela qual, na altura oportuna, podia sair a ansa que dá o corte.

A intervenção cirúrgica era feita através de buracos de trépano, com cerca de 1 cm de diâmetro, tanto à direita como à esquerda da região frontal, aproximadamente a 3 cm da linha média do crânio.

Quando foram reunidos os primeiros 20 casos operados resolveu Egas Moniz publicá-los, em Paris, em 1936. A sua monografia ficou designada, conforme já foi referido, por *Tentatives opératoires dans le traitement de certaines psychoses*.

Dos 20 casos inicialmente operados 7 deles resultaram em curas clínicas, noutros 7 verificaram-se acentuadas melhoras e em 6 não se verificaram quaisquer resultados dignos de registo.

Em breve esta intervenção cirúrgica teria larga expansão mundial.

Primeiro a Itália, a seguir a América e a Inglaterra, mais tarde praticamente todos os países do Mundo.

Dois autores americanos, Freeman e Watts, foram dos que mais contribuíram para a divulgação do seu método. O livro que então escreveram — *Psychosurgery* — foi dedicado ao cientista português, nos seguintes termos: «To Egas Moniz who first conceived and executed a valid operation for mental disease».

Este mesmo Freeman, numa carta escrita a Egas Moniz em 27 de Abril de 1946, dava-lhe então testemunho de como havia decorrido uma reunião em Londres, na Royal Society of Medicine, dedicada à leucotomia pré-frontal.

«A reunião da Secção de Psiquiatria da Royal Society of Medicine, afirma Freeman, foi uma das mais elevadas e a mais concorrida que tem havido. Com efeito, a reunião fez-se na grande sala e havia assistentes de pé e sentados nos degraus, numa grande aglomeração. O mais notável é que poucos abandonaram o recinto antes de terminado o programa anunciado».

Freeman relatou então as já largas centenas de casos operados, o interesse que ia suscitando em todo o mundo, desde a Inglaterra,

aos Estados Unidos da América, à Suécia, à Checoslováquia, à Austrália, ao Japão, ao Hawai, ao Canadá, à Nova Zelândia, ao Brasil e a outros países da América do Sul.

O método estava definitivamente consolidado e, com ele, o insigne Mestre, investigador e cientista que o havia lançado. Também, com o arrastar do tempo, melhor se foram definindo as suas indicações e contra indicações.

No momento actual, com o advento de psicofármacos potentes e facilmente manuseáveis, com a valorização adequada dos componentes sociais das doenças psíquicas, com as técnicas psicoterapêuticas de actuação mais rápida e brilhante que antigamente, sem dúvida que o brilho da leucotomia pré-frontal se vai atenuando.

Não significa, contudo, que esteja definitivamente posta de lado. Como processo operatório, não no modo inicialmente concebido, mas nas diversas formas segundo as quais foi sucessivamente aperfeiçoado, como técnica de intervenção, vai conhecendo agora aplicações mais definidas e estritas.

Depressões, Estados Crónicos de Ansiedade, Esquizofrenia, Neuroses Obsessivo-compulsivas, podem ainda constituir, nos tempos actuais, indicações para uma intervenção cirúrgica sobre o encéfalo.

*
* *
*

Ao comemorar-se, com projecção nacional, o centenário de nascimento de Egas Moniz não poderia Coimbra, a terra onde se fez Mestre, deixar também de o recordar.

Competiu-me sublinhar a admiração e o reconhecimento pelo valor de uma descoberta, a leucotomia pré-frontal, que na altura encheu o mundo culto, de interesse, curiosidade e esperança.

Esta descoberta revelou-se tão excepcional e tão importante que lhe grangeou o Prémio Nobel.

Antes de lá chegar percorreu longo e árduo caminho onde, como estudante, professor, político, homem de sociedade, clínico ou investigador, se revelou personalidade invulgar.

A sua vida enche-nos de emoção e entusiasmo e obriga-nos a prestar homenagem às suas qualidades de lutador persistente e de

trabalhador árduo. Não podemos esquecer que, por seu intermédio, Portugal entrou na História das grandes descobertas da Medicina.

Ao revermos todas as lições da sua vida, confunde-nos o brilhantismo do êxito, em confronto com a escassez dos meios.

A seu respeito parece-nos cada vez mais justa a frase de Parcival Bailey, quando referiu: «É certo que grandes coisas se têm feito com insuficientes recursos e desfavoráveis ambientes. Vejam a obra de Cajal em Espanha e de Moniz em Portugal. O génio paira acima destas circunstâncias».

BIBLIOGRAFIA

1. ALFANDARY, I. (1956) — *Hommage à Egas Moniz*. Separata da «Imprensa Médica», xx, Nov. de 1956, Lisboa.
2. ALMEIDA LIMA (1956) — *Egas Moniz*, «Medicamenta», 287 — 26-4-56.
3. AZEVEDO NEVES (1944) — *O Professor Egas Moniz*. Separata do n.º 7 162, do «Correio dos Açores», de 29-11-44.
4. BARAHONA FERNANDES (1956) — *Egas Moniz — Personalidade e Obra*. «Jornal do Médico», XXIX (692): 941-949.
5. BARAHONA FERNANDES (1964) — *Novos Tratamentos em Psiquiatria: Personalidade e Psicofármacos*. «O Médico», 644: 11-24.
6. BARAHONA FERNANDES (1974) — *Recordando Egas Moniz*. «O Médico», 73 (1212): 411-422.
7. CEBOLA, L. (1931) — *Psiquiatria Social*. Livraria Central, de Gomes de Carvalho, editor. Lisboa.
8. COELHO, E. (1950) — *A vida científica de Egas Moniz*. Separata do «Jornal do Médico», xv (373): 432-436.
9. DOYLE, I. (1956) — *Egas Moniz e o Espírito do Tempo*. Separata da «Imprensa Médica», xx, Novembro de 1956.
10. EGAS MONIZ (1949) — *Confidências de um Investigador Científico*. Edições Ática.
11. FLORES, A. (1944) — *O Professor Egas Moniz e a sua obra*. Separata da «Imprensa Médica», ano x, n.º 21-22.
12. JÚLIO DE MATOS (1910) — *Elementos de Psychiatria*.
13. REBELO, F. (1950) — *A Homenagem da Academia de Coimbra ao Prof. Egas Moniz*. Edição da Associação Académica.
14. ROSSI, M. (1969) — *History of Psychiatry*, pp. 114-124 de Handbook of Psychiatry, Edit. por Solomon & Patch — Lange, U. S. A.
15. SARGANT, W. & SLATER, E. (5.ª ed., 1972) — *An introduction to Physical Methods of Treatment in Psychiatry* — Churchill Livingstone, London.

EGAS MONIZ

ESTUDANTE DE COIMBRA

Temos hoje, o grato prazer de publicar uma fotografia do estudante Egas Moniz, feita no ano da sua formatura na Faculdade de Medicina de Coimbra, em 1899 para a qual havia entrado em 1894. Reproduzimos aqui as *Notas biographicas* que se encontram nos arquivos da Faculdade.

«Nasceu às 3 horas da manhã do dia 29 de Novembro de 1874 e foi baptisado na igreja de Santa Maria d'Avanca, concelho d'Estarreja, aos 7 de Dezembro de 1874».

«Matriculou-se nos primeiros anos das faculdades de Mathematica e Philosophia, na classe de voluntario, e no primeiro anno dos cursos de Desenho mathematico e philosophico, aos 14 d'Outubro de 1891».

Faculdade de Medicina — 1894-1895 — 1.º ano — Acto — 8 de Junho de 1895, 3.º Accessit; 1895-1896 — 2.º ano — Acto — 9 de Junho de 1896, 1.º Accessit; 1896-1897 — 3.º ano — Acto — 8 de Junho de 1897, 2.º Prémio; 1897-1898 — 4.º ano — Acto — 7 de Junho de 1898 — Prémio; 1898-1899 — 5.º ano — Acto — 11 e 29 de Julho de 1899 — 1.º Accessit e Prémio Alvarenga.

Provas prácticas — 1894-1895 — 1.º ano — 14 de Junho de 1895 — Satisfez; 1895-1896 — 2.º ano — 15 de Junho de 1896 — Satisfez; 1896-1897 — 3.º ano — 12 de Junho de 1897 — Satisfez; 1898-1899 — 5.º ano — 24 de Junho de 1899 — Satisfez. (Medicina Legal).

ACTOS GRANDES

Exame de licenciatura — 21 de Fevereiro de 1900 — Nemine Discrepante.

Actos de conclusões magnas — 8 e 9 de Julho de 1901 — Nemine Discrepante.

Doutoramento — 14 de Julho de 1901.

INFORMAÇÕES FINAIS

Bacharel formado, muito bom, com dezasseis valores.

Licenciado, muito bom, com dezasseis valores.

Doutor, muito bom, com dezassete valores.

Faculdade de Matemática — 1891-1892 — 1.º ano — Acto — 15 de Julho de 1892 — Nemine Discrepante (como voluntário); 1892-1893 — 2.º ano. Anulou matrícula — Despacho do Ex.^{mo} Reitor, de 28 de Janeiro de 1893.

Faculdade de Direito — 1892-1893 — Economia Política e Estatística. Anulou matrícula — Despacho do Ex.^{mo} Reitor, de 28 de Janeiro de 1893.

Faculdade de Filosofia — 1891-1892 — 1.^a cadeira — Acto — 11 de Julho — 2.º Distinto (como voluntário); 1892-1893 — 2.^a cadeira — Acto — 24 de Julho de 1893, 1.º Distinto (como voluntário); 1892-1893 — 3.^a cadeira — Acto — 22 de Junho de 1893 — Nemine Discrepante (como voluntário); 1893-1894 — 4.^a cadeira — Acto — 14 de Junho de 1894 — Distinto (como obrigado); 1893-1894 — 5.^a cadeira — Acto — 10 de Julho de 1894 — Nemine Discrepante (como obrigado); 1893-1894 — 6.^a cadeira — Acto — 2 de Julho de 1894 — Nemine Discrepante (como obrigado).

Cadeira de Desenho — C.º Mat.^{co} — 1891-1892 — 1.º ano. Perdeu o ano; C.º Filos.^{co} — 1891-1892 — 1.º ano — Ex.^e — 16 e 18 de Julho de 1892 — Nemine Discrepante (como externo); C.º Filos.^{co} — 1892-1893 — 2.º ano — Ex.^e — 4 de Julho de 1893 — Nemine Discrepante (como interno).

Exame de habilitação em Língua Grega, Ex.^e — 18 de Julho de 1894 — Aprovado com onze valores.

CONCURSO

Sessão final — 27 de Novembro de 1902.

Resultado — votação — Aprovado por unanimidade, qualificação — Muito bom com dezanove valores.

PRIMEIRO DESPACHO

(SUBSTITUTO)

Decreto de 4 de Dezembro de 1902 (Visto do Tribunal de Contas do mesmo dia. *Diário do Governo* n.º 276, de 5 de Dezembro de 1902).

Posse de lente substituto — 6 de Dezembro de 1902.

SEGUNDO DESPACHO

(CATEDRÁTICO)

Decreto de 24 de Fevereiro de 1910 (Visto do Tribunal de Contas, de 28 de Fevereiro de 1910. *Diário do Governo* n.º 50 de 5 de Março de 1910).

Posse em 7 de Março de 1910.

Foi transferido para a Faculdade de Medicina de Lisboa por Decreto de 1 de Abril de 1911 (*Diário do Governo* n.º 76, de 3 do mesmo mês).

Supomos que estas *Notas biográficas* não são, geralmente conhecidas tal com aqui ficam reproduzidas, e por isso achamos que valia a pena torná-las conhecidas neste ano da Comemoração do Centenário do Nascimento do notável investigador, ideia esta lançado pelo Museu Nacional da Ciência e da Técnica, há já dois anos, em 1972.

Aproveitamos a oportunidade para também dar a conhecer uma outra faceta do seu espírito, o seu interesse pela chamada *Arte mágica*, e é natural supor que este interesse lhe tenha aparecido nos seus tempos de estudante em Coimbra.

Na verdade, encontrámos no livro *Arte mágica* de Eduardo Relvas, uma referência que, em parte, vamos transcrever, e até porque indica dados biográficos pouco conhecidos:

«Já por vezes nos temos ocupado, embora ligeiramente, do notável sábio que nos distinguia com a sua amizade, e hoje voltamos a falar dele por não o podermos esquecer».

«O Professor Doutor Egas Moniz era um simpatizante da *Arte mágica*, sem contudo se manifestar publicamente. Em 1942 pefa-

ciou uma obra de autoria de Henrique Silva, intitulada *Tratado do jogo de Boston*, editada pela «ÁTICA», na qual se desenvolve um pouco da história das cartas de jogar e seus naipes, livro hoje raríssimo, por se ter esgotado após ter sido posto à venda. Nalguns colóquios ligeiros que tivemos com o erudito Professor a respeito das cartas de jogar, Sua Excelência disse-nos terem sido os chineses os primeiros que surgiram com elas embora com aspecto diferente das usadas pelos tempos que têm decorrido».

«Disse-nos mais, que os chineses, quando criaram o papel-moeda, há 15 séculos, manuseavam-no, baralhando-o, como se faz com as cartas de jogar, e nos seus entretenimentos faziam com as ditas notas de Banco vários jogos de mesa para passar o tempo».

Eis, pois, mais algumas achegas para se formar uma ideia da múltipla personalidade de Egas Moniz. Brevemente daremos outras que têm também grande interesse ⁽¹⁾.

MÁRIO SILVA

(1) Publicado no jornal «Domingo» N.º 23 de 15-12-1974.



EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Independentemente da publicação, em livro, que está a ser feita pelo Ministério da Educação e Cultura do inédito de Egas Moniz — António Saúde, Grande paisagista —, tal como foi indicado atrás no artigo — Egas Moniz, crítico de arte — foi decidido incluir neste número 4 das «Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica», comemorativo da passagem do 1.º Centenário do Nascimento de Egas Moniz, o texto integral do inédito, embora desacompanhado das fotografias dos quadros pintados por António Saúde, referidos neste texto. Com isto pretende-se não prejudicar o interesse que o público venha a ter pelo aparecimento do livro, numa bela edição de luxo, com uma capa especialmente desenhada pelo notável artista, professor da Escola de Belas Artes de Lisboa, José Cândido.

Também foi decidido publicar aqui a reprodução fac-similada da carta que Egas Moniz enviou ao seu amigo Moreira Fernandes que lhe havia solicitado o trabalho, carta que contém elementos curiosos das relações pessoais existentes entre os três amigos: Egas Moniz, António Saúde e Moreira Fernandes.

Por fim, quero que fiquem aqui consignados os meus sinceros agradecimentos à Ex.^{ma} Senhora, viúva de Moreira Fernandes, que religiosamente conservou o original, bem como ao Ex.^{mo} Senhor Engenheiro Ginestal Machado que aconselhou a oferta do trabalho ao Museu Nacional da Ciência e da Técnica.

MÁRIO SILVA

EGAS MONIZ
PRÉMIO NOBEL

ANTÓNIO SAÚDE
GRANDE PAISAGISTA

As escolas de Silva Porto e Carlos Reis continuaram com os seus discípulos, hoje mestres e cultores da obra que os grandes pintores da paisagem portuguesa criaram em Portugal. António Saúde é dos que soube inspirar-se na Natureza e nos aspectos modestos dos recantos da nossa terra. Pintou no estrangeiro motivos similares e tratou-os com a maestria de sempre; mas foi a nossa luz, as nossas águas, as nossas árvores, os prados dos montes e das várzeas, o desmazelo de alguns escaninhos das nossas povoações, que mais seduziram o seu pincel e sobretudo a espátula que foi o único a manejar em Portugal, com a graça e suavidade de um mago da forma e da cor, em pedaços de tinta, como que arremessados ao acaso sobre a tela.

Falta-me competência técnica para me explanar sobre a obra de António Saúde. Isso não importa. Tenho a convicção, à luz de críticas que ficaram célebres, de que a apreciação das produções artísticas não carecem dessa competência. O belo impressiona sempre e traz ao cérebro a emoção artística que enleva e delicia. Todos os que admiram um quadro podem dar o seu depoimento, a condenar ou a valorizar com a sua opinião favorável os méritos do artista. Assim, apenas como espectador das telas que fizeram vibrar a minha sentimentalidade, tenho deixado as minhas impressões em páginas que não quero reclamar, porque não passam de confissões individuais das emoções experimentadas.

Visitei muito museus e exposições, cá e, sobretudo, no estrangeiro. Deleitava-me em ler as apreciações dos críticos às obras novas que surgiam nos salões do ano, e não menos os estudos feitos por escritores ilustres sobre as grandes criações do passado. Prendia-me em especial a pintura, mas a arquitectura e a escultura também me detinham nas horas vagas do meu trabalho profissional.

Alguns médicos foram sempre dados a assuntos de Arte. Temos exemplos vários e de notáveis personalidades no meio clínico. E não só de críticos verbais; mas também de escritores de mérito. Acresce ainda haver muitos que colecionam quadros e obras de Arte. Os

antiquários têm larga freguesia entre os seguidores das doutrinas de Hipócrates.

Como muitos outros, andei meses em torno de uma peça de louça de boa casta, ou de um quadro que me impressionou quando o preço era alto para os recursos de momento. Mas quando o objecto merecia, ia-se juntando até prefazer a conta. E as contrariedades surgiam quando alguém se antecipava a adquiri-lo.

A vida do coleccionador, mesmo modesto como o que escreve estas linhas, é cheia de contrariedades; mas também tem os seus momentos de triunfo. Não vem para aqui relatar episódios a que não falta pitoresco, mas que seriam descabidos neste trabalho.

Tenho comprado em antiquários alguns quadros de que gosto, sem me preocupar com o nome do Autor que secundariamente verifico. O que é interessante aos meus olhos, o que me prende pela composição e pela côr, o que me dá o regalo espiritual da impressão do belo, é o que prefiro e procuro conseguir.

Lembro-me da última exposição de quadros de António Saúde. Todos bons, alguns óptimos. Conhecia e admirava o Autor, mas mais me prendia a sua obra.

A paisagem sempre me seduziu, talvez por ser aldeão e ver reproduzido na tela o passado visual juvenil e adolescente das digressões sadias pelo campo e os inesquecíveis passeios na linda Ria de Aveiro.

Não é só o passado; é o presente.

Nunca me canso de contemplar a Natureza, em lausperene primavera ou nas sombras invernais. O campo delicia-me. Trato-me de tu, com choupos de roupagem branca, admiro os pequenos pinheiros de copa virente e fechada, os cedros de ramos virados ao céu, em adoração, e até as ervas humildes, às vezes associadas às papoilas rubras em policromia bizarra, que bordam as veredas que levam aos outeiros, por onde os rebanhos sobem pachorrentos.

Os quadros de António Saúde dão-me estes e outros aspectos que, por os amar, muito os compreendo.

O seu quadro «Caminho de Colares» dá-nos uma dessas paisagens em que as árvores e as plantas rasteiras se casam numa harmonia magnífica, vendo-se ao fundo a serra alcantilada de Sintra em que a verdura contrasta com as rochas escuras em projecção admirável no céu límpido duma tarde de primavera. O artista surpreendeu a beleza desse trecho da Natureza em que pequenas árvores erguem os braços no espaço, tomando atitudes de protectoras das ervas rasteiras que as cercam e as tornam maiores.

As terras cultivadas também atraíram a sua paleta de consumado paisagista. Recordarei esse trecho da «Seara do António dos Galos» em que se vê prometedora e viçosa com um fundo de azinheiras que se destacam em planos mais distantes.

A paisagem é a fixação de uma tarde a esmorecer. Os longes tornam-se menos nítidos, perdem a agressividade da luz dos meio-dias fortes de verão, suavizam-se em tonalidades mais doces.

A Natureza é sempre diferente. É por isso que este género de pintura nas mãos de um grande artista, como é António Saúde, perde a monotonia, segundo a pôde surpreender nas diversas fases do ano e nas gradações luminosas do momento em que as surpreendeu.

«A Manhã de Outono», que mereceu uma medalha da Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa, e que já conta mais de meio século (1901) é a Natureza a aureolar-se da luz fraca da manhã. Das árvores caem folhas; uma está quase despida para entrar no sono invernal, enquanto cedros, ao longe, desafiam os aguaceiros do inverno prestes a desabar. Pequenos tufo de plantas sem futuro, derramam-se pela terra talvez condenadas a uma morte que não vem longe; mas ressuscitarão mais tarde aos beijos acariciadores da Primavera.

As pontes foram, desde há séculos, mesmo em épocas em que a paisagem não tinha o culto que hoje lhe dedicam os artistas da Natureza, motivos pictóricos apreciados. Sobretudo as velhas pontes romanas, umas ainda robustas, outras derreadas pelos anos, pelas quais perpassaram muitas e variadas gerações. António Saúde não podia fugir à regra.

A sua «Ponte romana do Churido» é um quadro magnífico da sua última época (1946), de maravilhosa composição, a que as velhas árvores que a contornam dão graça e vida na sua forma esguia e irregular. Os seus arcos redondos e a estrada, com lages, que lhe dá acesso, levam-nos à época remota em que os conquistadores viajavam por terras de Gouveia onde se fixaram em colónias de que já se não conhece a história. É o rodar da vida, das civilizações e das necessidades prementes, indispensáveis às imposições da civilização e da existência.

Num outro quadro «Margens do Rio—Arcos de Valdevez» a paisagem é mais complexa. Sobre a ponte passa uma mulher em direcção a casas modestas da outra margem, tipicamente portuguesas, com as suas janelas irregulares e escalonadas na colina que sobe do outro lado. Têm ar acolhedor. Dariam boa boroa e vinho verde a quem chegasse com fome à sua porta.

É um belo quadro que os longes tornam mais perfeito na cena

rústica de uma aldeia modesta do Norte onde não há desavenças, nem a escassa população se preocupa com os problemas da guerra atômica ou outras trágicas convulsões discutidas em teras de maior tomo populacional, e em que se pressagia, a cada hora, o fim da humanidade.

Uma das predilecções de Mestre Saúde é pintar a água. E como sabe trazer à tela os seus segredos, as suas ondulações, as sombras que nela se projectam, o seu mistério! O mar, os rios e até os pequenos regatos murmurantes têm segredos impenetráveis para o vulgo. Mas são menos insondáveis para os artistas do quilate de António Saúde. Vivem com eles em tal intimidade que se compreendem como amigos inseparáveis. O tom, a transparência, as quedas espumantes das águas mansas dos nossos rios, têm encantos especiais para Saúde. O rio reflecte as torres das igrejas no quadro «Margens do Rio — Arcos de Valdevez» com tanta verdade e delicadeza que o pequeno arvoredado que à direita procura a lentidão do leito do rio, nos não prende a vista, dominada pela precisão com que a sua espátula soube fixar a imagem invertida dos templos e casario no espelho da água.

A arte de António Saúde, a sua experiência técnica e a sua emotividade a vibrar em todo o conjunto da tela, deixa-nos ver como progride e melhora sempre os seus trabalhos. A água tem a transparência e a diafaneidade dos melhores painéis dos mestres que o antecederam e a que ele juntou o coeficiente pessoal da sua originalidade bem portuguesa.

As margens do Rio Ave proporcionam-lhe motivo para dois preciosos quadros em que há a tranquilidade das cenas campestres dos papiros chineses de antanho, num meio luminoso em que cantam aves e se ouvem ao longe, as toadas melodiosas do nosso Minho. Um deles «Horas Nostálgicas», apresenta um aspecto meio selvático em que uma árvore desgrenhada se continua na água sossegada e clara do rio que segue numa curva curiosa. Todo o conjunto mostra um recanto que convida à meditação e recorda uma dessas pousadas silenciosas onde os monges rezavam a bíblia em arroubos de paz paradisíaca. Na outra margem desdobra-se a paisagem em tonalidades calmas, onde a vista se perde sem que o pensamento a ajude na sua peregrinação.

No outro quadro mais rico em água e arvoredado, em que vibra a opulência vegetal nortenha, «Poente nas margens do rio Ave», está em apoteose a Natureza. Cai a tarde, mas não falta ainda a luz a espalhar reflexos no rio que lembra um espelho de cristal de Veneza, onde a vegetação se projecta com surpreendente nitidez. Mestre Saúde sabe aproveitar a paisagem que vê e reproduz com exactidão; mas traz-nos

com ela o encanto da sua espátula em revérberos de divinização. Que lindo este poente que se desdobra em aspectos ligeiramente tristes, de luz suave, a dar ainda vida e forma às árvores que cercam as águas sossegadas, como as de um pequeno lago, pois deslizam tão mansamente que do seu movimento não dá conta a superfície que reflecte o céu em que não passeiam nuvens.

As azenhas são da predilecção dos paisagistas. Não sei se alguns fugiram à tentação de as trazer às telas, em aspectos mais ou menos sugestivos.

Vê-se a corrente da água a accionar a mó no quadro «A Azenha do tio Gabriel», que se alimenta do rio Ave, num conjunto modesto de rusticidade, em que se nota a mísera casa do Moinho, muito envelhecida pelo tempo, a tornar-se maior na projecção da água. Há melancolia no conjunto; e sentimos passar sobre a tela uma névoa de sonho. Parece que está para surgir da porta, a moleirinha gentil, enfarinhada, com a modesta taleiga que leva a gente de família que não vive longe. Prende-se a vista à água do rio, às árvores esguias e aos longes do Ave que desaparecem em desvio natural. O fundo é de cenário impreciso que a luz não ilumina bem. Num outeiro à esquerda, por sobre o moinho, casas modestas e árvores de baixo porte que compõem a encosta. Tudo rústico, mas com a beleza serena que só um grande artista sabe imprimir às paisagens pouco espectaculares.

«A azenha do Fulão», outro quadro do Mestre, desenvolve-se em ambiente diferente. Mais casas, mais pedras e pouco arvoredo. É uma azenha muito à vista, com a sua roda típica de pinho da terra. Neste moinho deve haver mais vida do que na do «tio Gabriel», embora o veio da água que o anima não seja tão potente, a rumorejar no plano baixo da composição. É doutra região, surpreendido esse trabalho, para os lados de Famalicão.

As casas que se acumulam em diferentes andares do outeiro, têm outro ar, mostram regular construção. Não são de ricos, mas de gente abastada. O moleiro é aqui um pequeno industrial, que sabe favorecer-se com razoável maquia. Que, desde que a freguesia não falte, os moleiros vivem com o seu pouco, em relativa abundância. É o que desejamos suceda ao do sítio do Barroco, que deu bom motivo pictórico ao Mestre Saúde, cuja obra estamos examinando, em forma de crónica ligeira, ao correr da pena.

Antes de abandonar a descrição de algumas paisagens do Mestre, em que a água é motivo fundamental, desejo referir-me a um quadro seu que me toca pela porta «A Ria na Bestida». Sou da região. Durante

a minha infância vivi numa casa cercada de quintal que, por um dos lados, quase batia num dos braços da Ria. Ali se construíam ao tempo barcos em abundância, desde as pequenas caçadeiras e bateiras, até aos elegantes barcos moliceiros, aos sólidos mercantéis e, por vezes, a fragatas com destino a Lisboa, que quase sempre davam o maior trabalho a colocar, através do esteiro da Ribeira da Aldeia, na parte mais larga e mais funda da Ria, em marcha para o mar.

A Ria de Aveiro tem tentado muitos pintores que se instalam nas imediações, aproveitando os inúmeros motivos que lhes surgem a cada passo, para exercitarem o pincel e a paleta. E não só pintores, também literatos. Raul Brandão passou ali semanas, no barco, com os homens da profissão, para escrever o seu belo livro — Pescadores.

A Ria de Aveiro é, sem dúvida, um dos mais belos lugares da terra portuguesa. Digo-o com imparcialidade, embora me prenda ao magnífico estuário a recordação da infância das tardes em que, fugido à vigilância da casa, me recreava em qualquer bateira abandonada, pelo esteiro da Ribeira, entre intermináveis juncais. Estou certo que em breves anos terá, no meio das diversões turísticas nacionais, o lugar que merece.

As horas passam despercebidas a recrear a vista pelas paisagens variadas das margens, com os longes das aldeias, onde avultam as torres das igrejas e o branco das casas que se acumulam para abrigar as numerosas famílias da densa população que, de tempos imemoriais, ali se fixou.

Falam de emigrações fenícias e gregas. Deve ter havido uma amálgama de raças de navegadores costeiros de recuadas épocas, milénios atrás, quando ainda o português não era balbuciado pela gente que hoje habita esse precioso rincão da nossa terra.

António Saúde pintou e bem, com precisão e delicadeza, a Ria, a altura da Bestida, onde ela é mais rica, lembrando por vezes, abstraindo das margens sempre presentes, um pequeno mar que, não é raro esbravejar em fortes ondulações.

O cenário da Bestida é dos mais surpreendentes, com o fundo dos Palheiros da Torreira, que se vão transformando em boas moradias, e o constante movimento dos barcos com as velas brancas pandas, ao vento, na mor parte, carregadas de moliço, as algas preciosas que, com pesados ancinhos, arrancam do fundo das águas. É ele que dá a fartura das colheitas das terras, arenosas e pobres, que cercam o belo estuário.

Passa de vez em quando um barco mercantel trazendo mercadorias,

a lenha que vem de longe, através do rio Vouga, para suprir a falta de combustível das freguesias ribeirinhas, a cal que dá a brancura das casas que nos deslumbra, e o ferro que as forjas dobram e trabalham.

Se Mestre António Saúde, que continua a movimentar a espátula com talento a bem da pintura portuguesa, volver a essas paragens, encontrará agora, mais do que há anos, paisagens a fixar e a valorizar ainda mais a sua Arte bem amada. Pedços da paisagem bem portuguesa, luminosa e verdejante, que o seu talento transformaria em património valioso para a região e para o país.

Em breve deve estar concluída a estrada marginal que, de perto de Ovar, segue, passando em frente da Bestida, à Torreira, até S. Jacinto, por entre arvoredos multicolor, alternando com a visão deslumbradora do azul intenso da Ria, com o branco das velas a reflectir o sol e a projectar-se em sombras.

O Mestre encontraria tantos motivos para a sua espátula no pequeno traço de terreno que separa a Ria do Mar que, estou certo, por ali se quedaria na contemplação de uma Natureza que não tem igual em Portugal. O labor do homem fez de dois a três quilómetros de areal — ainda assim os conheci! — campos fertilíssimos e magníficas florestas em que o pinho medra ao lado das austrálias e outras espécies apropriadas ao terreno. Agora vêm-se reduzidas e mesquinhas as dunas, junto ao mar, ainda não de todo fixadas. Tudo o mais — e até as diminutas dunas! — dariam quadros como o de «A Ria na Bestida» com que o Mestre honrou a minha terra muito querida.

Afastei-me sem querer do fio do meu discurso: a apreciação de alguns quadros da imensa galeria do Mestre homenageado. O que venho expondo não tem outro objectivo senão demonstrar o valor de quem conquistou um lugar elevado entre os cultores da pintura em Portugal. Quis dar objectividade ao meu modesto comento apreciando um ou outro aspecto da vasta obra que nos legou. É uma forma agradável de interessar os que, tendo pouco saber, gostam de abordar assuntos artísticos e também chamar a atenção dos leitores que apareçam.

António Saúde sente prazer em, isolado a um canto em que a Natureza o seduziu, fazer deslizar as tintas na cópia do que vê, na pacatez do seu modo de ser modesto e meditativo. Mas não é apenas a paisagem limitada que o emociona e faz vibrar a sua sentimentalidade de artista. Também o que é grande o prende. Sirva de exemplo a contemplação e fixação na tela, da agitação do mar. «O rebenatar da

onda» está nestes casos. «O Mar revolto», apanhado na Nazaré, é outro exemplo.

Contudo, importa dizê-lo, mesmo nos estudos marítimos, e bastantes tem feito, agradam-lhe mais as cenas menos teatrais e mais brandas do movimento das ondas. É a sua personalidade a fotografar-se na obra artística. Esta marca muitas vezes as tendências e qualidades dos autores, quer na literatura, quer nas obras plásticas. Já o reconheci em vários casos que não vem para aqui recordar. Saúde viu uma «Praia de Rosas» em Miramar e pintou fases menos activas do oceano, como «A Baixamar» surpreendida na Granja e Aguda. O Mestre nunca traria à tela um naufrágio movimentado nos precipícios das ondas em mar alteroso. Dificilmente, apesar do seu incontestável talento, poderia fixar em quadro, a tragédia dum barco de pesca a atacar o mar nas costas do norte, em dia de vagas picadas pelo vento em que o perigo anseia a população da praia, onde há lágrimas de mulheres e opressões violentas, mesmo em peitos de homens habituados àquelas lutas. Uma cena dessas, que tanta vez vi desenrolar na Torreira, a praia da minha aldeia, não atrairia o Mestre Saúde. É paisagista cem por cem. E a paisagem não admite grandes lutas nem deseja grandes emoções. Millet tinha a auxiliá-lo o ambiente calmo da aldeia que o fez grande. Saúde celebrizou-se com os pequenos cenários e as perspectivas rústicas.

Mesmo que a vegetação falte, e ele é o seu grande amigo, ou se reduza a ínfimas proporções, trata-a com a mesma verdade e a mesma graça. Um caminho áspero que dá acesso ao pequeno tugúrio perdido na subida do monte, ou a rua da aldeia de pavimento escalavrado e pedregoso, ou os prédios senis do lugarejo a desmancharem-se em ruínas, tudo lhe serve para fazer Arte. Estão nestes casos o «Caminho do Churido», paisagem áspera da serra sem sombras e sem água, cerro que a espátula fixou num cenário das nossas agrestes serranias, trasladado com toda a sua fidelidade para a tela e transformado numa bela documentação rústica.

Para um pintor não há motivos feios, há apenas uma coisa que distingue os quadros, o serem os assuntos bem ou mal tratados; e a composição a que me estou referindo é um pedaço da terra portuguesa, pobre e triste, surpreendida em flagrante.

O mesmo direi de «Uma rua do lugar da Torre» em que me transporta à ruela de aldeia que já vi, não sei onde, que existe e se repete pelas pequenas estâncias montanhosas por onde vaguearam os velhos lusitanos.

E ainda na mesma orientação como fala verdade o seu «Pátio rústico» de tão interessante composição que traz rescendências da nossa velha Beira Baixa, com o decrépito armazém escurecido pelo tempo, pois a cal não abunda na região, e a escadaria tosca de granito, de pedras irregulares e coçadas pelos tamancos dos transeuntes, e a janela aberta da casa para trazer o bom ar da serra que é meio alimento dos aldeões.

António Saúde também pintou natureza morta. E que bem o fez! «A cozinha dos criados», é uma bela manifestação dessa modalidade da sua Arte. Interior de cozinha modesta, enegrecida pelo fumo que a chaminé não leva à atmosfera exterior, e com os petrechos e utensílios apropriados. As réstias de alhos pendurados nos pregos, as couves guardadas no cesto meio tombado, a cabaça pronta a engrossar o caldo e outros ingredientes da comida do trabalhador do norte. Ao lado a panela clássica de ferro, de três pés, sempre com água quente na lareira, o cântaro da água com o coco para os sequiosos e, mais distante, o forno com a porta fechada para guardar a boroa da última fornada. Só falta a cozinheira a pôr a máquina em marcha para o jantar do meio dia. Sobre o conjunto paira a verdade e o pitoresco das cozinhas de outros tempos, em casa de lavradores remediados, que têm ao lado a salgadeira com os temperos necessários.

António Saúde marcou uma fase da vida portuguesa, fixando a paisagem, dando-nos os pequenos estuários da água corrente e das ondas do mar, das ruelas das aldeias, dos caminhos pedregosos das serras, dos pátios modestos dos camponeses e de interiores despretenhosos, onde se adivinha a poupança ao lado da modesta alimentação da plebe. Deu-nos o Portugal, modesto e verdadeiro, sem ter necessidade de penetrar nos pátios ricos dos palácios, nem nos salões dourados dos fidalgos. É o pintor de aspectos modestos e das paisagens despretenhosas onde se projecta a vida dos humildes da nossa grei.

Três nomes de grandes artistas dominaram a metade do último século e as primeiras décadas daquele em que estamos: Columbano, Malhoa e Carlos Reis. Todos conheci. Columbano de cumprimento, quando com João Rosa, seu amigo e admirador, o visitava no seu atelier. Malhoa tratava-me com intimidade e devi-lhe muitos favores. Além de outras dádivas, um retrato a carvão de minha mãe e um pastel magnífico em que quis retratar-me com as vestes doutorais. Trago-o muito preso às melhores recordações da minha vida, até pela biografia que lhe tracei num banquete de homenagem que os seus amigos lhe ofereceram há mais de 25 anos. Se alguma vez a palavra me não atraí-

çoou foi nessa tarde em que todos os oradores lhe queriam oferecer, em termos amigos, os sentimentos festivos que nos animavam.

Com Carlos Reis também privei de perto. Houve motivos que nos aproximaram. Os médicos alcançam, por vezes, intimidades salutaras. Esta foi uma delas. Muitas vezes falávamos de Arte e, apesar de ser um pintor completo, fazia muitas vezes a apologia da paisagem com que ele se desvanecia. Os seus quadros de cenas movimentadas já dominavam nas exposições e foi além disso um extraordinário retratista; mas a paixão da paisagem viveu sempre no seu pincel privilegiado. Tenho um quadro deste grande Mestre de um milheiral com cabaças amarelas que é um prodígio da sua paixão campesina.

Um dia, foi em 1930, procurou-me para ir fazer uma conferência na Sociedade de Belas-Artes, na exposição do «Grupo Silva Porto». Se muito me lisonjeou o convite, também me encheu de perplexidades e incertezas na execução do mandato que me era imposto pela amizade com que me distinguiu. O assunto ficava à minha escolha. Dei-lho a conhecer, esperando uma recusa, tão longe andava o assunto da rica exposição dos artistas do Grupo que Lisboa ia admirar. Aceitou-o. Desculpei-me como pude no introito do meu trabalho:

«Vir falar neste meio de loucura é despropósito de marca. Acedi a custo ao convite que me foi endereçado. Não podia recusar-me, porque se tratava de amigos e de artistas, dualidade que a minha sentimentalidade aproxima e o meu raciocínio enlaça. Entre eles, que muito valem, destaca-se Carlos Reis, mestre consagrado de recursos inesgotáveis, que se diz envelhecido por achar mais interessante ter a cabeça embranquecida, não pela neve dos anos, mas pela luz cendrada de uma tarde de primavera. Não quis recusar-me, mas não me senti com forças para enfrentar com competência, o mais simples problema de Arte. Julguei defender-me lembrando o título da palestra. Falar de loucura que anda tão longe destas paragens, seria, em meu entender, fugir ao compromisso, manifestando a minha boa vontade. Não colheu o ardil. Aceitaram o tema. E aqui estou para tratar de assunto que vai decerto desagradar, mas cuja responsabilidade não cabe a mim somente».

Ocupei-me do tema escolhido o melhor que pude, evocando a «Melancolia» de Dürer, etc., e falando de grandes artistas atingidos pela loucura: Van der Goes, Henry de Groux, Van Bosh, Goya na sua fase senil, e o célebre Van Gogh. Foi a minha iniciação nesta ordem de conferências. E forçadamente a fiz.

À minha direita, se bem me recordo, sentavam-se Carlos Reis, Falcão Trigoso, António Saúde, Frederico Aires e João Reis.

O meu modesto trabalho não desagradou. Falei de coisas estranhas que só vagamente conheciam. Acharam interessante a evocação de mestres que consideravam, embora ignorassem a sua actividade psicótica. Ficaram a saber que alguns pintores que alcançaram fama e ainda hoje são considerados como mestres abalizados, ou foram alienados de sempre ou decaíram na senilidade comprometedora. Goya, disse ter três mestres: a Natureza, Velasquez e Rembrandt. Pois acabou por pintar figuras humanas deformadas, máscaras de terror e de desgraça.

Voltando ao assunto destas notas já longas, lembro que desaparecidos os velhos mestres ficaram os sucessores. Dois deles não saíram da paisagem. Só ela os interessou: Falcão Trigoso e António Saúde, com feições diferentes. O primeiro algarvio exuberante, alegre e bem disposto, pinta sobretudo o mar largo e flores, muitas flores. As suas amendoeiras são de todos conhecidas. A subtileza do seu pincel mostra-as em magnífico esplendor, em cada pétala e no conjunto harmonioso da vegetação algarvia. Ninguém as surpreendeu como Falcão Trigoso, na sua graça e delicadeza de tons. Não me canso de as admirar. Nos recantos que aproveita para os seus painéis surge quase sempre a cor alegre das corolas modestas, ou de agremiados de canteiros mais cuidados, em que as flores se juntam em ramalhetes. Nos seus quadros marítimos, é a luz forte do sol que o encanta, quer na projecção das rochas, quer nos longes das águas, onde passam velas levadas por ventos suaves. Como António Saúde, foge à retratação das procelas. «A Praia da Rocha», no Algarve, e a perspectiva das «Azenhas do Mar», junto da praia das Maçãs, são prodígios da sua arte que à paisagem, e só a ela, dedicou a vida inteira.

António Saúde, o grande artista que homenageamos, também nunca se prendeu à figura humana. Só a vegetação, a água e a Natureza, sob os aspectos mais simples e rudes, o interessaram.

A paisagem que era há pouco mais de um século apenas motivo episódico nos quadros dos grandes artistas, passou a ser o fundamental nas telas destes dois notáveis artistas. E isso bastou a António Saúde para ser grande e deixar nome na história da pintura portuguesa.

Comparando o modo de ser dos dois paisagistas portugueses, adivinha-se o feitio expansivo e alegre de Falcão Trigoso e a tendência concentrada, e reservada, com pinceladas melancólicas, de António Saúde. Os seus assuntos predilectos são os triviais, encontram-se a cada passo, existem em toda a parte.

E contudo a sua espátula faz milagres. Sabe atrair. Nas suas

telas vive a singeleza da Natureza, sempre bela nas suas sugestivas composições. Na sumária descrição de alguns dos seus quadros com que iniciámos este artigo vibra uma sentimentalidade apurada e um fino gosto de artista que de tudo tira partido, desde a ruela aldeã, das curvas dos rios, da rusticidade dos casebres, à alacridade do mar. António Saúde é um pintor que descobre Arte nas perspectivas mais modestas dos campos e dos pátios, dos regatos e dos montes. A modéstia da sua personalidade está sempre presente quando pinta. E a sua obra é grande por ter a doirá-la a suavidade das suas tintas quando entra em acção com a espátula que touxe aos seus quadros a originalidade que nenhum outro obteve. Pelo menos entre nós.

Mestre Saúde era Presidente da Sociedade de Belas-Artes quando ali fui falar sobre Silva Porto na passagem do seu centenário. Recordo um passo dessa palestra por mim quase esquecida, pois foi há meia dúzia de anos e a memória, apesar de pouco atingida, vai desmaiando com o rodar do tempo:

«Um quadro é a eflorescência do sentimento que o pintor transporta à tela, no enlevo de uma nobre aspiração, preso a um sonho de beleza, subindo em torvelinhos até ao infinito. Se o quadro não sai como o artista o concebeu, nem a decepção destrói o encantamento a que andou preso semanas e meses. Os que apreciam quadros podem ter sensações diferentes, mas quando a beleza tomou forma e cor, acaba por ter em torno os seus devotos que se não cansam de voltar a admirá-los».

São deste quilate as telas de António Saúde, prendem e deslumbram, na sua simplicidade, pelo realismo que contêm. Basta notar o número das pessoas que hoje se juntam a admirar os seus trabalhos. Tenho pena que não se possam reunir na sua maior parte, numa exposição em que o conjunto e especialmente a evolução da sua Arte, pudesse ser estudada para fazer realçar o seu mérito excepcional. É apenas paisagista, dirão alguns. É, para mim, uma das suas grandes virtudes, porque conseguiu elevar a paisagem e impô-la mesmo àqueles que como Watts, consideraram a paisagem, sem mais nada, como não tendo significado. A este propósito disse na conferência de Silva Porto: «Para mim a paisagem possui suaves encantos. As árvores conversam comigo, os arroios, a saltarem nos fragedos, cortam a tela em veios de prata, os montes trazem-me longínquas evocações e os horizontes a perderem-se em mansidões de nuvens, dão-me uma vaga noção do infinito».

António Saúde!

Se acaso tivesse jeito para ser pintor, e infelizmente fui sempre

desastrado no desenho, cultivaria a paisagem que na minha vida quotidiana procuro surpreender, fora de portas, nas pequenas digressões que faço. Mas sendo destituído de qualidades para a fixar na tela, delicio-me em ver os seus quadros em que, ao lado da Arte está a sua individualidade que dá às telas a suavidade calma dos eleitos e a tonalidade especial de uma modéstia que é o encanto dos seus quadros e da sua pessoa.

EGAS MONIZ

Prémio Nobel



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA - PRESIDENTE
DA CLASSE DE CIÊNCIAS

Ex.^{ma} - Senhor

J. Moreira Ferraz,

Amo prezado amigo:

Pelo seu cartas pareceu - me de-
jar artigos longos. E vai avanta-
fardo! Apesar de médico a letra
é ainda tolerável. Para não te-
nhamos como sair, começamos
a revisar. Depois das provas (1.^a
prova de ci. exatas) e as 2.^{as} com a
colaboração dos governos, numerosos
para valorizar o trabalho e tirar-lhe

a monstrosia. Tenho pedido-lhe
 que as gravuras sejam de minha
 capa mas sobrecarregar a des-
 pesa do volume. Há 2 que não
 enumeradas no catálogo (10 e 16) e
 que não conheço.

Também deixo 50 separatas
 de minha conta.

Cuia - me

Amigo e obrigado

25/
 1/
 55

Egas Moniz

Recuerdos

P. S. Depois que me enviou, a
 - foi pessoal, uma fotografia e pres
 do quadro "Aria na Beirada". Se
 me convier (depois tambem saber as
 dimensões do quadro), diz ao Sante
 que é um meu amigo que o depois
 não quero que ele saiba que é
 para mim.

Amigo do

Equilíbrio

25/1/55

EGAS MONIZ E O BRASIL

A veneranda Instituição que é, no Rio de Janeiro, o «Real Gabinete Português de Leitura», quis associar-se às homenagens comemorativas do 1.º Centenário do Nascimento de Egas Moniz, promovendo a realização de uma sessão solene no passado dia 29 de Novembro, dia em que faria 100 anos o nosso único Prémio Nobel.



Presidiu à sessão o cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro, Dr. Pinto da França. Na fotografia, à sua direita, vêem-se o Dr. Paulo de Castro, adido cultural à Embaixada de Portugal no Brasil (no extremo da mesa), e logo a seguir o Dr. Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras e o Dr. Pedro Calmon, Director do Instituto Histórico; à sua esquerda, estão o Dr. Deolindo Couto, Director do Instituto Nacional de Medicina e



o conferente, Dr. Mário Silva, Director do Museu Nacional da Ciência e da Técnica de Portugal, e nosso colaborador, que se deslocou ao Rio de Janeiro a convite do Real Gabinete Português de Leitura, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Portugal.

Na sua exposição, focou as diversas facetas da personalidade de Egas Moniz, dando grande relevo à actividade política do Mestre, que ele exerceu desde 1901 até 1926, data do advento do salazarismo, em Portugal.

Mostrou, com particular insistência, que Salazar perseguiu Egas Moniz, chegando a proibir a grande manifestação nacional que esteve preparada em 1950, logo a seguir à atribuição a Egas Moniz do Prémio Nobel. O Dr. Mário Silva referiu-se, também, ao aparecimento de um inédito do Prof. Egas Moniz, com o título *António Saúde — grande paisagista* que o Museu Nacional da Ciência e da Técnica vai editar, e que deve aparecer, brevemente, nos escaparates das livrarias.

Todos os jornais do Brasil fizeram largas reportagens sobre o acontecimento que atraiu a atenção de portugueses e brasileiros (1).

(1) Reportagem do jornal *Domingo* n.º 23, de 15-12-1974.

Í N D I C E

	Págs.
Egas Moniz, Escolar e Doutor pela Universidade de Coimbra, pelo Professor Doutor A. Tavares de Sousa	5
Egas Moniz, Político e Diplomata	41
Egas Moniz, Crítico de Arte... ..	43
Egas Moniz, Vítima do Salazarismo	45
A projectada mas nunca realizada homenagem nacional a Egas Moniz, pelo Professor Doutor Mário Silva	50
Mechanisms of the Alexias, pelos Professores Doutores António Rosa Damásio and Alexandre Castro-Caldas	53
Egas Moniz, análise histórica da sua contribuição para a psiquiatria, pelo Professor Doutor Adriano Supardo Vaz Serra... ..	71
Egas Moniz, Estudante de Coimbra, pelo Professor Doutor Mário Silva	85
Egas Moniz, Prémio Nobel. António Saúde, Grande Paisagista	93
Egas Moniz e o Brasil	113

ACABOU DE SE IMPRIMIR
NAS OFICINAS DA «COIM-
BRA EDITORA, LIMI-
TADA» EM MARÇO DE 1975

